

Diário do Legislativo de 06/06/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB-PPS-PTB-PSC-PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputado Ademir Lucas (PSDB), Deputada Ana Maria Resende (PSDB) e Deputado Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Gustavo Corrêa

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Deputado Gilberto Abramo

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO PV:

Líder: Deputado Agostinho Patrús Filho

Vice-Líder: Deputado Rômulo Veneroso

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes:

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio (PSDB)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min.

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico PSB
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo DEM
Corrêa

Deputado Mauri BSD
Torres

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro Silva

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho BSD
Araújo

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente
Magalhães

Deputado Neider BSD
Moreira

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Wander PSB
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor PSB
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto Vice-Presidente
Abramo

Deputado BSD
Sebastião Costa

Deputado Delvito PMDB
Alves

Deputado Neider PP
Moreira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento
Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo Valadares DEM

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Délio Malheiros PV

Deputado Sebastião Helvécio PDT

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BSD Presidente

Deputado Dimas Fabiano PP Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro BSD

Deputada Maria Lúcia Mendonça DEM

Deputada Rosângela Reis PV

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros PV Presidente

Deputado Carlos Pimenta PDT Vice-Presidente

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider BSD
Moreira

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton PT
Prado

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Carlin Pcdob
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander PSB
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado de BSD
Lafayette Andrada

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Patrús PV
Agostinho Filho

Deputado PDT
Sebastião Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos PDT
Pimenta

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Wander PSB
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Agostinho PV
Patrús Filho

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente

Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Carlin Pcdob
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIAE AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Presidente

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Chico PSB
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Lafayette de
Andrada

Deputado PV Vice-Presidente
Agostinho Patrús
Filho

Deputada Gláucia BSD
Brandão

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Hely PV Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Ruy DEM
Muniz

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Doutor PSB
Rinaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD

Santiago

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho BSD
Araújo

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues PDT Presidente

Deputado Cesar Paulo PDT Vice-Presidente

Deputado Malheiros Délio PV

Deputado Tadeu Leite Luiz PMDB

Deputado Leonardo Moreira DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pimenta Carlos PDT

Deputado Helvécio Sebastião PDT

Deputado Veneroso Rômulo PV

Deputado Lopes Adalclever PMDB

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis PV Presidente

Deputada Costa Elisa PT Vice-Presidente

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Antônio Carlos Arantes BSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Valadares DEM Presidente

Deputado Juninho Araújo BSD Vice-Presidente

Deputado Paulo Guedes PT

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Gil Pereira PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Corrêa DEM

Deputado Chico Uejo PSB

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Neider BSD
Moreira

Deputado Almir Paraca PT

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - TRANSCRIÇÃO

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes, Chico Uejo e Getúlio Neiva, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Ruy Muniz. Havendo número regimental, o Deputado Padre João, no exercício da Presidência, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Uejo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar proposições constantes na pauta e proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 547 e 566/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2007.

Padre João, Presidente - Doutor Viana - Célio Moreira.

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Especial PARA O ESTUDO DA Atenção à Pessoa com Transtorno Mental, DEFICIÊNCIA MENTAL OU AUTISMO, em 28/5/2007

Às 15h15min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Célio Moreira, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, com base no art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita por ele. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o tema "Fortalecimento das instituições de assistência aos portadores de deficiência mental e autismo" e os subtemas "Unidades existentes", "Necessidades", "O que pode ser feito", "O que está sendo feito" e "Orçamento público". A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Cíntia Maria Oliveira de Lucena, Promotora de Justiça Especializada na Defesa da Infância e Juventude, Estela Mares Guillen de Souza, Presidente da Associação de Pais e Amigos de Pessoas Especiais - Apape -, Selmara Mamed Simões Ferreira, psicóloga e Coordenadora Administrativa da Promotoria da Infância e Juventude e o Sr. Flávio Couto Silva de Oliveira, Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - Conped - e Coordenador da Caade -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência tece suas considerações iniciais e logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e demais presentes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2007.

Célio Moreira, Presidente - Walter Tosta.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 49ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 6/6/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 522/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóveis que descreve ao Município de Novo Cruzeiro. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 19/2007, do Governador do Estado, que acrescenta parágrafo ao art. 2º-A da Lei Complementar nº 83, de 28/1/2005, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Advocacia-Geral do Estado - AGE.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 29/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Programa Estadual de Crédito Popular - Credpop. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 305/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar os imóveis que especifica com a Empresa São Gonçalo Ltda. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 320/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ritópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 456/2007, da Deputada Ana Maria Resende, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Rio Pardo de Minas. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.025/2007, do Deputado Gil Pereira, que autoriza a Fundação Rural Mineira - Ruralminas - a alienar ao Município de Jaíba o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 64/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre a destinação de 10% dos imóveis populares construídos pelo Governo do Estado aos portadores de deficiência. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão do Trabalho, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 122/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que dispõe sobre a instalação e a obrigatoriedade de manutenção programada dos sistemas de ar condicionado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 153/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que torna obrigatória a realização de exame laboratorial para diagnóstico da anemia infecciosa equina e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Política Agropecuária.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 225/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre a obrigatoriedade de a Loteria Mineira destinar pelo menos 50% dos seus bilhetes lotéricos na divulgação de informações sobre pessoas desaparecidas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Direitos Humanos e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 931/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Conselheiro Lafaiete o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto..

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 932/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mar de Espanha o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 6/6/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 20/2007, do Governador do Estado, e Projeto de Lei nº 132/2007, do Deputado Adalclever Lopes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 641/2007, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 6/6/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater sobre o diabetes infantil e seus tratamentos, objetivando otimizá-los no Estado de Minas Gerais, com convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 6/6/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 328/2007, do Deputado Zé Maia.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 96/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 625 e 626/2007, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 6/6/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 40/2007, do Deputado Gustavo Valadares; 347/2007, do Deputado Doutor Viana; 583/2007, do Deputado Gustavo Corrêa; 587/2007, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 726/2007, do Deputado João Leite.

Requerimentos nºs 274/2007, da Comissão de Direitos Humanos; 576/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 590/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 635/2007, da Deputada Rosângela Reis.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 6/6/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 59/2007, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 793/2007, do Deputado Carlos Pimenta; 830/2007, do Deputado Célio Moreira; 846/2007, do Deputado José Henrique; e 1.000/2007, do Deputado André Quintão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10h30min do dia 6/6/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 322/2007, do Deputado Zé Maia; 380/2007, do Deputado Paulo Cesar; 1.137/2007, do Deputado Zé Maia.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 261/2007, do Deputado Padre João; 301/2007, do Deputado Carlos Pimenta; 356/2007, do Deputado Durval Ângelo; 416/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 425/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 458/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 478/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 635/2007, dos Deputados Weliton Prado e Vanderlei Jangrossi; 852/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 933/2007, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 6/6/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 633/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 637/2007, do Deputado Bráulio Braz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 6/6/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 718/2007, do Deputado Domingos Sávio; 720/2007, do Deputado Jayro Lessa; 763/2003, do Deputado Ricardo Duarte; 769/2007, do Deputado Adalclever Lopes; 776/2007, do Deputado Eros Biondini; 783/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 820/2003, do Deputado Padre João; 831/2007, do Deputado Djalma Diniz; 834/2007, do Deputado Doutor Viana; 839/2007, da Deputada Elisa Costa; 844/2007, do Deputado Fábio Avelar; 856/2003, da Deputada Vanessa Lucas; 869/2007, do Deputado Zé Maia; 870/2007, do Deputado Zezé Perrella; 873/2007, do Deputado Durval Ângelo; 879/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 889/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 891 e 892/2007, do Deputado João Leite; 901/2007, do Deputado Doutor Viana; 927/2007, do Deputado Antônio Júlio; 935/2007, do Deputado Ademir Lucas; 937/2007, do Deputado Antônio Júlio; 939/2007, da Deputada Cecília Ferramenta; 944/2007, do Deputado Inácio Franco; 945/2007, do Deputado Ivair Nogueira; 947/2007, do Deputado Lafayette de Andrada; 951/2007, do Deputado Paulo Guedes; e 953/2007, do Deputado Vanderlei Jangrossi.

Requerimento nº 620/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16h30min do dia 6/6/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 32/2007, da Deputada Elisa Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 904/2007, do Deputado Chico Uejo.

Requerimentos nºs 622, 623 e 624/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; e 634/2007, do Deputado Dimas Fabiano.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer Sobre a Indicação do Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ademir Lucas, Antônio Júlio, Célio Moreira e Durval Ângelo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/6/2007, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2007.

Maria Lúcia Mendonça, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gilberto Abramo, Delvito Alves, Hely Tarquínio, Neider Moreira, Sargento Rodrigues e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/6/2007, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 417/2007, do Deputado Djalma Diniz, 375/2007, do Deputado Paulo Cesar, 463/2007, do Deputado Gustavo Corrêa, 572/2007, do Deputado Fábio Avelar, 798/2007, do Deputado Domingos Sávio, 806/2007, do Deputado Tiago Ulisses, 1.050/2007, do Deputado Elmiro Nascimento, 1.052 e 1.054/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., 1.059/2007, do Deputado Dimas Fabiano, 1.060/2007, do Deputado Domingos Sávio, 1.061/2007, do Deputado Gil Pereira, 1.071, 1.072 e 1.074/2007, do Governador do Estado, 1.077, 1.079 e 1.080/2007, do Deputado Fahim Sawan, 1.081/2007, do Deputado Getúlio Neiva, 1.087 e 1.088/2007, do Deputado Paulo Cesar, 1.097/2007, do Deputado Elmiro Nascimento, 1.098/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, 1.103 e 1.104/2007, da Deputada Gláucia Brandão, 1.117/2007, da Deputada Ana Maria Resende, 1.118 e 1.119/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes, 1.126/2007, do Deputado Delvito Alves, 1.131/2007, do Deputado Ivair Nogueira, 1.134/2007, do Deputado Paulo Cesar, 1.136/2007, do Deputado Rômulo Veneroso, 1.140/2007, do Deputado Fábio Avelar, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/6/2007, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir, em audiência pública, a situação dos funcionários públicos sindicalizados da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que denunciam a suspensão do repasse das contribuições sindicais dos filiados e o impedimento de licenças sindicais por parte da administração pública municipal, com a presença de convidados, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2007.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/6/2007, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de a discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 20/2007, do Deputado Eros Biondini, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2007.

Durval Ângelo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 778/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Creche Serafina Stampone

Smargiassi, com sede no Município de Guaxupé.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 778/2007 pretende declarar de utilidade pública a Creche Serafina Stampone Smargiassi, com sede no Município de Guaxupé, que tem por finalidade a assistência social, particularmente prestada a crianças de 3 meses a 6 anos de idade, bem como a mães carentes, trabalhadoras urbanas ou rurais, às quais fornece abrigo, alimentação, educação e assistência médica.

Para o cumprimento de seu propósito estatutário, a referida Creche se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias.

Pelo seu esforço de relevância social, essa instituição merece o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 778/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2007.

Walter Tosta, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 780/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação de Apoio aos Deficientes de Guaxupé, com sede nesse Município.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 780/2007 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Apoio aos Deficientes de Guaxupé, que tem por finalidade propiciar a qualificação profissional e a integração no mercado de trabalho de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Procura proporcionar aos seus assistidos oportunidades para desenvolver e exercer sua cidadania de forma integral; representa-os de forma sistemática junto ao poder público e a organizações da sociedade civil.

Por seu trabalho de relevância social e pela defesa dos direitos de seus associados, a referida instituição merece o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 780/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2007.

Walter Tosta, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 786/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Casa Lar São Francisco de Assis, com sede no Município de Ituiutaba.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 786/2007 pretende declarar de utilidade pública a Casa Lar São Francisco de Assis, com sede no Município de Ituiutaba, que possui como finalidade precípua acolher crianças e adolescentes, que, por algum motivo, estejam impedidos de conviver com sua família natural. Para alcançar essas metas, promove seu encaminhamento à adoção; desenvolve atividades para inseri-los e reintegrá-los na vida social e cultural da comunidade; disponibiliza para os adolescentes cursos profissionalizantes.

Dessa maneira, prepara as crianças e os adolescentes para o pleno exercício da cidadania, ajudando-os a realizar suas plenas potencialidades intelectuais, sociais e afetivas.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 786/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2007.

Walter Tosta, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 793/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Carlos Pimenta, o projeto de lei em tela tem por objetivo dar denominação à escola estadual de São João do Paraíso localizada na Av. Dr. Osório Adrião da Rocha, 438, e dar outras providências.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, com a Emenda nº 1, que apresentou. Vem agora a matéria a esta Comissão, para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 793/2007, no art. 1º, pretende dar a denominação de Escola Estadual Professora Dora Barbosa à escola estadual de São João do Paraíso localizada na Av. Dr. Osório Adrião da Rocha, 438 e, no art. 2º, denominar a respectiva biblioteca de Biblioteca Escolar Professora Terezinha Barbosa.

Cabe informar que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou a Emenda nº 1, suprimindo o seu art. 2º, pois o intento de homenagear a Professora Terezinha Barbosa pode ser formalizado por ato da própria escola.

A proposição em tela, com essa alteração, homenageia a Professora Maria das Dores Barbosa Gomes, que lecionou na escola estadual de São João do Paraíso, que muito contribuiu para a formação de várias gerações de alunos.

Tendo em conta o seu magistério, o colegiado da referida escola, em reunião realizada em 24/5/2002, aprovou por unanimidade a proposta de homenageá-la.

Esse pequeno tributo traduz um gesto de gratidão do povo de São João do Paraíso a essa Professora, que deixou um legado de dedicação ao ensino e de amor à cultura.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 793/2007, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2007.

Ana Maria Resende, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 846/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado José Henrique, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Instituto Educacional do Futuro, com sede no Município de Mantena.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 846/2007 pretende declarar de utilidade pública a Associação Instituto Educacional do Futuro, com sede no Município de Mantena, que tem por objetivo realizar cursos regulares, devidamente autorizados pelo Ministério da Educação, desde o pré-escolar até o ensino médio, utilizando técnicas inovadoras, como ensino integral individualizado, informatizado e bilíngüe, buscando sempre a excelência da qualidade e a formação dos alunos, a fim de que alcancem seu pleno desenvolvimento acadêmico, artístico e esportivo.

Pelo seu esforço de relevância socioeducativa, a referida instituição merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 846/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2007.

Dimas Fabiano, relator.

Designação de Comissão

- O Sr. Presidente designou na 48ª Reunião Ordinária, realizada em 5/5/2007, os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação, Feita Pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Ayres Augusto Álvares da Silva Nascimento para o Cargo de Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Pelo BSD: efetivos - Deputados Ademir Lucas e Célio Moreira; suplentes - Deputados João Leite e Irani Barbosa; pelo DEM: efetivo - Deputada Maria Lúcia Mendonça; suplente - Deputado Delvito Alves; pelo PMDB: efetivo - Deputado Antônio Júlio; suplente - Deputado Adalcleber Lopes; pelo PT: efetivo - Deputado Durval Ângelo; suplente - Deputado Padre João. Designo. Às Comissões.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 30/5/2007

O Deputado Deiró Marra - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia desta Minas Gerais; a todos a nossa expressão de agradecimento por, mais uma vez, estarmos aqui.

Sr. Presidente, gostaria de começar o meu pronunciamento, nesta tarde de hoje, externando os nossos sentimentos à família de um patrocinese ilustre, que foi vítima de um atentado cruel na nossa cidade de Patrocínio. Estou falando da família do companheiro José Rodrigues de Souza, que foi manchete do jornal "Estado de Minas", e motivo de visita do Ministro da Previdência e também dos Diretores do INSS, que estiveram em Patrocínio na tarde de ontem. Consternados, não poderíamos deixar de apresentar o nosso luto para com a família do amigo José Rodrigues, por esse infeliz episódio, que, mais uma vez, colocou Patrocínio em cena nos jornais de Minas e do Brasil. Isso mostra, Sr. Presidente, a importância daquilo que dizíamos aqui, desta tribuna, já faz algum tempo, sobre a necessidade de segurança na região do Alto Paranaíba. Pedimos isso ao Governador e fomos atendidos, por meio da transformação da 87ª Companhia de Polícia em batalhão, com a criação do 46º Batalhão. O problema da segurança na cidade de Patrocínio é, sem dúvida alguma, algo que requer do Governador uma atenção especial. Ele precisa abrir os olhos e ouvir o nosso clamor. Já mencionamos e agradecemos desta tribuna a criação do 46º Batalhão de Polícia Militar, mas a sua implementação, o número de efetivo, o "claro" da Polícia Militar não pode mais ficar a descoberto. Prova disso, Sr. Presidente, companheiros Deputados Carlin Moura e Paraca, é que Patrocínio fica mais uma vez estampada nos jornais em razão da falta de segurança, que não existe apenas lá, mas em todo o Estado. Já havíamos alertado para essa situação e ocupado esta tribuna para falar da falta de segurança e da necessidade urgente da efetivação, da solução para o déficit da Polícia Militar.

Sabemos, sim, Sr. Presidente, das enormes dificuldades existentes na contratação de pessoal. No final da semana foram realizadas provas da Polícia Militar, mas precisamos de medidas urgentes, que surtam efeitos imediatos, como a transferência de policiais já na criação do batalhão na região. Quero crer que não somente as autarquias federais, mas também as estaduais precisam, sim, ter o seu resguardo. Em comunidades como Serra Negra, em Patrocínio, há assaltos quase todos os dias. Sabemos disso porque procuramos o Comando da Polícia Militar freqüentemente e apontamos as falhas e as dificuldades. As respostas são sempre as mesmas, ou seja, que ainda não há efetivo suficiente e que a instalação desse tão sonhado batalhão não se concretizou. Sr. Presidente, tenho a convicção de que o nosso Governador, o Comando da Polícia Militar, em virtude desses fatos novos, irão sensibilizar-se e empenhar-se ainda mais. Fazemos aqui um apelo porque sabemos da sensibilidade do nosso Governador para com essa situação. Sabemos também da necessidade de todas as cidades no que diz respeito à segurança, mas aponto Patrocínio como uma das que mais merece atenção e necessita da implementação urgente dessas medidas.

Quero aproveitar esta oportunidade, Sr. Presidente, para chamar a atenção para outro tema. Desviando um pouco do foco, quero falar das conquistas desse governo. Participamos ontem do III Congresso Estadual de Alfabetização, com mais de 2.500 educadores. Contamos com a presença não apenas da Secretária Vanessa, mas do Presidente da Fapemig, da Assipe e de outras entidades do ramo. Participamos do momento que entendemos como o mais importante para o movimento da educação, quando foi anunciado e denunciado, como podemos chamar, o movimento da conspiração mineira pela educação.

Companheiros Deputados, quero dizer bem desta palavra "conspiração"; aliás, chamo a atenção do companheiro Andrada porque isso lembra bem a conspiração de Minas. Hoje estamos numa verdadeira cruzada pela educação. Minas entrou nessa rota de alfabetização para que todas as crianças de 6 a 8 anos saibam ler. Sem dúvida nenhuma, esse é um marco e uma meta a ser alcançada.

Tenho a convicção de que uma proposta, como a apresentada pela nossa Secretária Vanessa e pelo nosso Governador, lançando um plano para que todas as crianças em Minas estejam na escola e alfabetizadas até os 8 anos, é, no mínimo, audaciosa. A nossa Secretária apresenta, de público, uma proposta, que, aliás, também partiu dela, de que levará ao nosso Governador seu empenho pessoal para que, a partir de janeiro de 2008, o piso salarial de todos os professores do Estado seja R\$850,00. Ficamos muito satisfeitos com essa proposta, que nos leva a crer na seriedade e, acima de tudo, no compromisso deste governo. Para nós, esse foi um grande prazer. Vimos a satisfação de todos os professores presentes com a iniciativa da Secretaria de Educação em levar ao governo essa proposta. Eles estão deslumbrados, pois aquilo que, em nível federal, está sendo almejado para 2008, em Minas já está sendo buscado. Isso mostra importantes marcos da valorização da educação em Minas. Sr. Presidente, não tenho aqui apenas elogios a tecer, pois há também trabalhos e muitos a fazer, com o intuito de construção. Nessa mesma tônica, após várias discussões, protocolamos hoje, na nossa Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, um requerimento solicitando a realização de uma audiência em Januária - aliás, terra do nosso companheiro João Leite; desculpem-me -, que busca verificar as condições das escolas daquela Secretaria Regional de Ensino, especialmente do parque indígena de São João das Missões e de outras cidades da região. O Deputado João Leite poderá nos acompanhar também nessa empreitada. Temos informações sobre todos os problemas. Quero aqui demonstrar a preocupação premente da nossa Comissão em trabalhar, e não apenas ficar acompanhando "pari passu" a Secretaria de Educação. Com isso, o nosso trabalho tem a meta de promover essa jornada, ouvir os professores e buscar realmente essa construtividade.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputado Deiró Marra, antes de mais nada, quero elogiar o seu trabalho frente a essa Comissão tão importante, que trata das questões fundamentais neste Estado, como a educação. Gostaria também de registrar a representação tão digna que Patrocínio tem nesta Casa. Estava deslocando-me para cá e ouvi a primeira parte do seu pronunciamento. Queremos também nos solidarizar com toda a família do José Rodrigues de Souza, médico perito, assassinado barbaramente ontem. Tivemos a oportunidade de conversar pessoalmente com o Ministro, quando ele estava em Patrocínio, pedindo providências. Um médico tão querido pela comunidade, com um trabalho tão importante, como Presidente da Câmara, prestado à cidade. O que está anunciado em Patrocínio é uma tragédia. Infelizmente, a situação em que se encontram cerca de 3 mil servidores públicos da Prefeitura de Patrocínio... A Prefeitura não realiza concurso, as anteriores

também não realizaram, nem o Prefeito anterior, que ficou oito anos, não realizou. Temos uma tragédia em que há dois lados tristes. De um lado, uma família, amigos - como o senhor era do José Rodrigues -, hoje choram a sua morte. Eu também admirava muito o seu trabalho, pois o conhecia. De outro, 3 mil servidores da Prefeitura de Patrocínio entregues sem nenhum direito, pois a Prefeitura nega-se, como o Prefeito anterior, aquele de oito anos, a realizar um concurso.

Estamos encaminhando ao Ministério Público, que tem feito um trabalho sério, exigência para que tome providências em relação ao concurso público, pois hoje há servidores públicos que são verdadeiros párias na cidade de Patrocínio. Gostaria de me solidarizar e de dizer que o nosso empenho é com o objetivo de que haja garantia para quem trabalha na área de perícia.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Gostaria de cumprimentá-lo pelo pronunciamento, pela exposição que V. Exa. faz, mas, sobretudo, gostaria de me solidarizar com sua manifestação em relação ao assassinato, em sua terra, Patrocínio, do Dr. José Rodrigues de Souza, médico perito, brutalmente assassinado no exercício da sua função. Gostaria, nobre Deputado, de alertar as autoridades do nosso país da área da Previdência para a situação de risco em que os médicos cada vez mais se encontram. Acontecimentos lamentáveis, como esse de Patrocínio, acontecem com frequência assustadora. Portanto gostaria de manifestar nosso pesar e sentimento à família do nosso colega Dr. José Rodrigues de Souza, em razão de seu brutal assassinato. Muito obrigado.

O Deputado Deiró Marra - Muito obrigado, Deputado Carlos Mosconi. Finalizando o nosso pronunciamento, gostaríamos de falar da importância desse trabalho e que, no dia 15 de maio deste ano, estivemos com mais 22 representantes de Presidentes de Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia, em Brasília, para discutir temas relacionados à educação. Fizemos esse trabalho e continuamos trabalhando. É isso que estamos desenvolvendo. Colocamo-nos na dianteira, na vanguarda, para falar e discutir os temas relacionados à educação. Esses eram os temas que gostaríamos de abordar hoje. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, Deputados e Deputadas, traz-me hoje à tribuna desta Casa uma excelente notícia para o povo mineiro e brasileiro. No meu pronunciamento, tratarei das inúmeras conquistas da Cenibra, importante fábrica de celulose localizada na cidade de Belo Oriente, na região do Vale do Aço mineiro.

Mas, antes de falar da Cenibra, gostaria de iniciar meu pronunciamento parabenizando seu Presidente, Fernando Henrique da Fonseca, que, merecidamente, recebeu recentemente da Fiemg o Prêmio Mérito Industrial 2007. Tenho um excelente relacionamento com Fernando Henrique, Presidente da Cenibra, pessoa séria, capaz, transparente, que vem desempenhando um trabalho excepcional à frente de uma das maiores empresas de fabricação de celulose do mundo.

A Cenibra, como já disse, é uma empresa que produz celulose, matéria-prima do papel, com 34 anos de existência. Foi criada em 1973, mediante de uma parceria da Companhia Vale do Rio Doce, que naquela época era uma empresa estatal, com um consórcio de empresas japonesas, para iniciar a produção de celulose. Instalou-se em Belo Oriente e hoje, por conta de suas atividades, tem papel fundamental no crescimento daquela região e do nosso Estado de Minas Gerais. A Cenibra gera, hoje, aproximadamente 10 mil empregos, entre funcionários diretos e terceirizados, que trabalham na própria fábrica, na área florestal e nos diversos projetos sociais da empresa. Amanhã, dia 31, a Cenibra estará comemorando uma meta histórica. Irá atingir a produção de um 1.140.000t de celulose por ano, índice que só pôde ser alcançado depois de um investimento de mais de US\$350.000.000,00. Sabemos que a Cenibra não quer parar por aí. A visão futurista do seu Presidente, de seus Diretores, funcionários e acionistas os faz enxergar muito de perto a meta de 2.000.000t de celulose por ano, mas, para isso, terá de desembolsar, por meio de seus acionistas, mais US\$1.000.000.000,00.

Nós, Deputados, representantes do povo mineiro, precisamos incentivá-los, mostrando aos acionistas da Cenibra, aos Diretores e ao Presidente daquela fábrica que ela tem o total e irrestrito apoio dos 77 parlamentares desta Casa, principalmente daqueles que militam, trabalham, conhecem politicamente a realidade daquela região, como a Deputada Rosângela Reis, a quem concedo um aparte.

A Deputada Rosângela Reis (em aparte) - Deputado Gustavo Valadares, quero parabenizá-lo por priorizar em seu discurso esse grande investimento que acontecerá amanhã, quando será lançado o início das obras da companhia Cenibra, que, além de gerar emprego e renda, contribuindo para o desenvolvimento do Estado e do País, tem uma responsabilidade social muito grande.

A Cenibra desenvolve vários projetos naquelas áreas menores da região, em parceria com várias instituições, como o Lions e o Rotary, fazendo a distribuição de calçados, cadernos, materiais e até computadores, priorizando a inclusão da informática.

Capacitamos, por meio da Associação Ação Social pela Vida, mais de 3 mil alunos com 15 "micros" doados pela empresa Cenibra. Sabemos também que ela faz ainda um trabalho de multiplicação de voluntários, pessoas que praticarão o serviço social na comunidade, ou seja, ela não só trabalha com isso dentro da empresa como também disponibiliza parte de seu tempo precioso para capacitar alunos e qualificar a mão-de-obra com cursos profissionalizantes gratuitos.

Portanto, é uma empresa fantástica. Sabemos que ela consegue exportar tudo o que lá é produzido. O investimento da importação também é muito importante no mercado externo. Cada vez mais, a Cenibra vem ganhando espaço.

Quero parabenizar V. Exa. e também a empresa Cenibra, na pessoa de seu Presidente, o Fernando Henrique. Amanhã também estaremos lá participando desse momento fantástico que é a inauguração e o lançamento de mais uma expansão da empresa. Parabéns!

O Deputado Gustavo Valadares* - Agradeço o aparte da Deputada Rosângela Reis, que muito engrandece este pronunciamento, e concedo aparte à Deputada Elisa Costa.

A Deputada Elisa Costa (em aparte) - Deputado Gustavo Valadares, também queria pronunciar-me. É muito importante defender a expansão de nossas empresas e indústrias, como aconteceu com a Usiminas e agora acontece com a Cenibra, mas queria fazer uma reflexão. V. Exa., como nós, faz parte de uma região. Trabalhamos muito, por exemplo, na área da bacia do Suaçuí-Guanhães e sabemos que aquela localidade, assim como outras, está intimamente ligada ao trabalho da Cenibra, portanto, precisamos debater um projeto de desenvolvimento regional para aquela área a fim de promover o crescimento, e não apenas explorar os seus bens, especialmente os ambientais.

A Cenibra, historicamente, tem todo um passivo ambiental com a Bacia do Rio Doce, e deveria implementar projetos de geração de trabalho e renda, desenvolvimento, ampliação e melhoria de nossas estradas e impulso à agricultura familiar, em vez de praticar apenas a monocultura do eucalipto. Portanto, desejamos que essa expansão gere verdadeiramente desenvolvimento e propicie de fato a preservação ambiental daquela região, com um novo modelo de desenvolvimento. Da mesma forma, não queremos que haja exploração dos trabalhadores, que hoje transportam eucalipto. Grande parte deles são terceirizados, e sabemos que existem denúncias graves de exploração e de acidentes de trabalho. Queremos chamar a atenção da Cenibra para que possa preocupar-se não somente com a melhoria dos salários mas também com a condição de trabalho dos funcionários que servem a toda a região, sejam terceirizados ou não.

Essa é a reflexão: a expansão tem de gerar desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida e cuidar da questão ambiental e dos projetos de desenvolvimento da região. Muito obrigada.

O Deputado Gustavo Valadares* - Agradeço a V. Exa. o aparte, que me faz lembrar de dois pontos importantíssimos da nossa Cenibra. O primeiro é que ela é a primeira empresa brasileira a receber simultaneamente os certificados do Conselho de Manejo Florestal e do Programa Nacional de Certificação Florestal. Tenho certeza de que esses dois certificados são frutos do trabalho responsável que a empresa vem fazendo no reflorestamento da região, que é importantíssimo, pois todos sabemos que, por meio da plantação e da colheita de eucaliptos, temos a matéria-prima de que a Cenibra se utiliza para produzir celulose. O País, hoje, vive um período de "apagão" florestal.

Nós, grande parte dos Deputados da Assembléia Legislativa, criamos na legislatura passada e recriamos agora a Frente Parlamentar da Silvicultura, para auxiliar, claro que respeitando e observando sempre a conduta ambiental e as normas ambientais do nosso Estado e do País. Essa Frente estará aqui, para incentivar os fazendeiros florestais, hoje conhecidos, que plantam eucaliptos nas suas fazendas para depois vendê-los para a Cenibra, incentivando a própria empresa a comprar outras áreas nos seus 49 Municípios de atuação, para também plantar eucalipto e abastecer a fábrica nessa expansão tão esperada, de chegar aos 2.000.000t por ano. Tudo isso será feito por grande parte dos parlamentares que estão trabalhando na Frente Parlamentar da Silvicultura.

V. Exa. também me lembra sobre a responsabilidade da Cenibra para com o desenvolvimento econômico da nossa região. Na semana passada, tivemos a oportunidade de ir ao Palácio da Liberdade e, com o Governador Aécio Neves, assinar a liberação de licitações de diversas estradas que ligam os Municípios da nossa região, da Bacia do Suaçuí, do Centro-Nordeste mineiro, que ainda não tem ligação asfáltica. Grande parte da região só consegue o asfaltamento nos seus trechos por meio de investimentos de um dos acionistas da Cenibra, o JBIC, um banco japonês, um dos maiores acionistas da Cenibra. Ora, se um dos acionistas da Cenibra está investindo na nossa região, acreditando nela, conseqüentemente a Cenibra também investirá na nossa região.

V. Exa. conhece tão bem como eu aquela região da Bacia do Suaçuí. Sabemos que hoje qualquer Município daquela região, Peçanha, Cantagalo, Guanhães, Divinolândia de Minas, tem muitas, inúmeras conquistas que só puderam ser alcançadas em razão da parceria do Poder Executivo Municipal com a Cenibra, que presta um excepcional serviço na nossa região.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Cumprimento V. Exa. e também a empresa Cenibra, pela expansão dos postos de trabalho. Também compartilho da idéia de que é possível o desenvolvimento com responsabilidade social. Aliás, sou testemunha da parceria da empresa para ligar o asfalto de Peçanha a Coroaci, em recente audiência pública com V. Exa., na região. O poder público tem o papel de fiscalizar, assegurar que o meio ambiente seja garantido. É possível construir. O fundamental, nobre Deputado, é que hoje, no mercado internacional, há uma discussão interessante: as empresas canadenses e as empresas européias estão preocupadas com o eucalipto brasileiro. Por quê? Porque o eucalipto brasileiro conseguiu promover uma revolução tecnológica, e sua produtividade é maior do que a das empresas canadenses, que gastam 20 anos para produzir seu eucalipto. Isso provoca o despeito e o interesse dessas empresas multinacionais que atuam fora do nosso país.

Acredito que a Cenibra tem cumprido um papel importante e que é possível desenvolvimento com responsabilidade social. V. Exa. está de parabéns.

O Deputado Gustavo Valadares* - Muito obrigado, Deputado Carlin Moura, pelo aparte que engrandece o pronunciamento. V. Exa. também é filho da região, da cidade de Virgolândia, cidade esta que está dentro da área de abrangência da Cenibra, e conhece bem a atuação correta e firme daquela indústria nos Municípios da nossa região.

O Deputado Neider Moreira (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Gustavo Valadares. Farei uma ponderação. Sou um entusiasta da silvicultura. Entendo que ela tem condição de gerar um grande número de postos de trabalho e renda de uma maneira muito mais eficiente do que, por exemplo, a indústria automobilística.

Quando Secretário de Estado, fui obrigado a estudar um pouco a respeito dessa questão. Sei, por exemplo, que, diferentemente do que é pregado, o eucalipto retira muito menos água da terra do que a mata atlântica e a mata amazônica. Ele precisa ser bem manejado. Essa é a grande realidade. Entendo que o eucalipto tem cumprido, assim como toda silvicultura, um papel muito importante no Estado de Minas Gerais, nas últimas décadas.

Temos uma base industrial muito vinculada à siderurgia. Um dos insumos dessa indústria, grande arrecador de impostos e gerador de trabalho, é a silvicultura. À semelhança da indústria de celulose, que tem feito investimentos expressivos no Estado, vejo com muita simpatia esse manejo controlado e bem realizado. Minas Gerais poderá ter desenvolvimento sustentável se a silvicultura for bem feita.

O Deputado Gustavo Valadares* - V. Exa. engrandece meu pronunciamento. A Cenibra possui aproximadamente 250.000ha de terras na nossa região e, desses, apenas 124.000ha são cultivados. Praticamente todo o restante está preservado como reservas legais, sob as normas que regem as questões ambientais em Minas Gerais. A Cenibra tem responsabilidade econômica, ambiental e social na área em que atua. Sei disso porque conheço de perto o trabalho dessa indústria.

Por fim, deixo um recado aos acionistas da empresa. Quase todo o seu capital é japonês, um grande consórcio de indústrias japonesas que administram a Cenibra. Deixo-lhes um incentivo, que parte da nossa Frente Parlamentar da Silvicultura, dos parlamentares do meu partido e da maioria dos partidos desta Casa, para que continuem esse trabalho de desenvolvimento das regiões dos Vales do Aço e do Rio Doce e do Centro-Nordeste mineiro. Para que isso ocorra, é preciso incentivar a Cenibra, a fim de que cresça ainda mais. No que depender desta Casa, em breve a Cenibra atingirá os 2.000.000t, por ano, de produção de celulose. Para isso, precisamos do entusiasmo e da coragem dos acionistas japoneses, que acreditaram no Brasil e na nossa região em 1973. E agora, tenho certeza, continuarão a acreditar. Contem com a Assembléia Legislativa para chegar a essa meta de 2.000.000t por ano. Parabéns à Cenibra, ao Presidente Fernando Henrique e a todos os seus Diretores! Essa empresa é orgulho para todos os mineiros e brasileiros. Obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembléia; há duas questões fundamentais na luta diária de Minas Gerais. Primeiro, a situação dos nossos servidores públicos, principalmente da área de educação, os quais, amanhã, realizarão assembléia para discutir a situação caótica em que se encontram, especialmente em relação a sua remuneração.

Ainda hoje, o ilustre Deputado Deiró Marra, nobre Presidente da Comissão de Educação, que me antecedeu nesta tribuna, trouxe a informação de uma visita que a Comissão de Educação fará a Januária, tendo em vista uma correspondência da Regional de Educação de Januária, denunciando a situação de completo abandono em que se encontram as escolas públicas no Norte de Minas, especialmente as direcionadas às comunidades indígenas, lá em São João das Missões. Segundo a denúncia, as crianças indígenas estão assistindo às aulas debaixo de árvores por falta de espaços adequados. Portanto esses são importantes debates a serem travados nesta Casa, pois fazem parte do nosso dia-a-dia. Hoje estou aqui para discutir outros dois assuntos, que, num primeiro momento, podem parecer que extrapolam o objetivo desta Casa, mas não posso deixar de comentá-los. Ontem o ilustre Líder da Maioria desta Casa, nobre Deputado Domingos Sávio, do PSDB, fez uma cobrança

do nosso querido Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa cobrança feita pelo Deputado Domingos Sávio, na minha opinião, é inapropriada, como se o Presidente estivesse prestando um desserviço à Nação e à América Latina ao se aproximar dos governos democraticamente eleitos pela América Latina. O Deputado Domingos Sávio abordou o assunto de tal forma como se, na América Latina, estivessem em curso processos de rompimento da democracia. Esse tipo de interpretação é preocupante, especialmente na quadra histórica em que vivem os povos, onde estão os países da América Latina. Faz-se necessário salientar que, no Velho Continente, no outro lado do Oceano Atlântico, na velha Europa, no chamado "mundo civilizado" - entre aspas -, o que assistimos hoje é justamente o fortalecimento das forças conservadoras do neofacismo, como na recente eleição da França; a xenofobia está prevalecendo no Velho Continente. Hoje, por exemplo, na Espanha, os setores conservadores fazem importante embate com o governo trabalhista Zapatero, e a velha Europa não é mais referência dos movimentos sociais. E esses movimentos justamente florescem e se fortalecem aqui, na América Latina.

Li um artigo do ilustre Prof. José Luís Fiori, professor de Economia Política da Universidade do Rio de Janeiro. Ele nos chama a atenção ao afirmar: "Neste início de séc. XXI, todas as vitórias da esquerda na América Latina foram democráticas e massivas (sic), por maiorias contundentes e com o apoio ativo de populações até hoje isoladas e 'recluídas' nas montanhas indígenas, no submundo urbano e nos grotões do atraso e da dominação coronelista, que prevaleceu na América Latina. Tudo isso, depois de 20 anos de ditaduras militares de direita, em quase todo o Continente, e mais 10 anos de governos neoliberais. Frente a isso, destaca-se como denominador comum dessa nova onda de esquerda na América Latina, sem dúvida, a vontade massiva (sic) de mudar, a vontade de não voltar mais para trás, mesmo quando ainda não estejam claras as idéias e os caminhos imediatos do futuro. A esquerda latino-americana governou muito pouco durante o séc. XX, e, na hora da sua vitória no início do séc. XXI, os socialistas e a socialdemocracia européia estão vivendo uma profunda crise de identidade" - o que ocorre ao contrário do caminho da América Latina. Então, a experiência hoje da América Latina é a dos povos, a dos indígenas.

Então, o Presidente Lula está correto ao se aproximar dos movimentos em ascensão, na América Latina, dos governos democráticos em curso, hoje, nos países irmãos e vizinhos.

Concedo um aparte ao ilustre Deputado Getúlio Neiva, da terra do nosso querido Teófilo Otoni, que tanto nos honra com a sua trajetória de luta em defesa da soberania e unidade nacional.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte)* - Nobre Deputado Carlin Moura, afora a minha admiração pessoal por V. Exa., sua competência e o bom trabalho desenvolvido nesta Casa, fica-me também a impressão gostosa de que o ilustre Deputado levanta um tema muito importante para a Assembléia, diferentemente do que disse no princípio de seu pronunciamento. Esta Casa tem que ser do choque e do debate das idéias. O lugar de trabalhar é na comissão. Às vezes, a imprensa até nos trata mal porque cobre muito mal as Comissões e muito bem o Plenário. O Plenário é o lugar do debate das idéias, onde temos que fazer pulular a nossa imaginação, com a experiência do mundo. E V. Exa. retrata isso muito bem, citando informações muito importantes. Gostaríamos de cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. V. Exa. traz-nos um tema muito relevante. Temos que olhar o mundo, não podemos ficar isolados nas montanhas de Minas. Temos que abrir os nossos olhos para a realidade mundial. A minha preocupação, Deputado Carlin Moura, é que a sua análise não seja tão correta porque, quando estive na Alemanha, o que vi foi o próprio governo estimulando o Partido Verde a despertar, em 1985, a consciência ecológica, que já era bem evoluída em relação ao Brasil. Na França, onde estive várias vezes, hospedei-me na casa de um amigo, que era Presidente da France Press na época, e Diretor do jornal "La Voix du Nord". Por incrível que pareça, o filho de uma amiga da sua esposa, Salwa Alameddine, que convivia conosco, de repente, estava nos movimentos muçulmanos, explodindo bombas em Paris.

O que acontece, na Alemanha é uma reação à invasão dos turcos - os exilados turcos, que invadiram Berlim. A França está pagando um preço alto por se sentir o repositório da liberdade e acolher gente de todos os países do mundo onde há necessidade de exílio. Há uma reação natural da população da França, da Inglaterra e da Alemanha, no sentido de preservar algo maior da nacionalidade. A invasão estrangeira é fortíssima. Todas as pessoas dos países da África e da Ásia onde há conflito correm para a Alemanha, Inglaterra e França, especialmente Paris. Esse é um problema grave. Achamos muito bom o Presidente Lula se aproximar dos países da América Latina, mas ele tem que tomar cuidado com o homem que está fechando a televisão na Venezuela, Dr. Chávez, Coronel golpista da Venezuela. Temos que apoiar, dar suporte, ser mais altaneiros e ajudar os irmãos da América Latina, contudo - aí está o perigo - sem nos oferecer para dar suporte às suas idéias megalomaniacas de poder. E, sobretudo, reconhecer, Deputado Carlin Moura, que tanto quanto V. Exa., do PCdoB, também já fui do Partido Comunista Brasileiro, e é chique ser "gauche" na vida. Um abraço.

O Deputado Carlin Moura* - É isso, nobre Deputado Getúlio Neiva. Aconselho V. Exa. a viajar mais pela Europa dos dias atuais e pela nossa América Latina. Se V. Exa. for à Europa, atualmente, constatará que realmente os europeus estão com a visão de que os africanos e o pessoal do Oriente Médio tomam o seu mercado de trabalho. Essa é uma visão xenófoba porque, quando vieram promover a colonização dos nossos povos, não pediram licença para explorá-los.

Queria também que V. Exa. viajasse um pouco mais no que chama de General golpista da Venezuela. V. Exa. está a reproduzir o discurso tradicional dos grandes meios conservadores de comunicação. Tive o privilégio de viajar e conhecer nosso país vizinho, Venezuela, em 2005. Primeiramente, o General não é golpista. Foi eleito e reeleito por meio do sufrágio universal, do voto direto e universal do seu povo. Talvez golpista, com todo o teor da palavra, seja a rede de televisão RCTV porque uma coisa é uma rede de televisão fazer oposição ao governo, outra é promover abertamente um golpe de Estado, porque quem ajudou a promover um golpe de Estado em 2002, nobre Deputado Getúlio Neiva, foi justamente a rede de televisão RCTV, com o apoio do governo dos Estados Unidos da América.

Só para complementar o nosso raciocínio, o ex-repórter da Rede Globo de Televisão, o grande Luiz Carlos Azenha, que recentemente saiu da Rede Globo para criar seu "blog" na internet, declarou: "Eu tinha lá minhas restrições ao processo do fim da concessão da empresa RCTV, mas, diante do que tenho visto na mídia corporativa, agora digo que a emissora golpista já foi tarde. Fazer oposição a um governo é uma coisa, fazer campanha para derrubá-lo é outra, e isso durante seis anos. Que sirva de exemplo para os barões da mídia de todo o continente, que usam concessões públicas para extorquir favores de governantes.".

A rede de televisão RCTV, além de promover o golpe de Estado na Venezuela, nobre Deputado Getúlio Neiva, promove lá também a evasão fiscal e de divisas, a pornografia, enfim, o que há de pior para as leis daquele país. Essa rede sentia-se acima das leis e da Constituição da Venezuela. É importante conhecermos melhor a América Latina porque hoje o que se ouve é o grito de liberdade dos oprimidos deste continente, dessa parte tão sofrida de nosso território.

Concedo aparte ao nobre Deputado Domingos Sávio, motivo do meu pronunciamento desta tribuna.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado Carlin Moura, respeito, como sempre respeitei, as posições, por mais que delas discorde.

Gostaria de relatar-lhe meu entendimento, mais uma vez, sobre essa questão. Talvez V. Exa. seja um profundo conhecedor da Venezuela, o que admito não ser. Não sei se V. Exa. já foi a esse país para dele falar com tanta propriedade.

Há uma coisa pela qual tenho estado cada vez mais apaixonado, a qual acredito conhecer profundamente, o bastante para dela falar a V. Exa. No Estado de Direito, e a democracia pressupõe Estado de Direito, o Presidente Hugo Chávez não precisava esperar durante seis anos. O Presidente Hugo Chávez, como qualquer Presidente numa democracia, pode usar a Constituição e a lei para punir os que promoveram qualquer ação ilegal ou inconstitucional, até mesmo a própria RCTV.

V. Exa. disse que é razoável essa rede ter o rancor por parte do Presidente Hugo Chávez, que nem a processou, porque fez oposição a ele ou teria promovido esse ou aquele ato. V. Exa., pelo que me informaram, não disse ser razoável, disse ser legítimo. Ora, Deputado Carlin Moura, não compreendo V. Exa. dizer que estão certos os governos populistas, porque não estamos falando de governo do povo, mas de governo populista, que se assenhora do poder e não aceita a oposição, que faz calar ao tirar a rede de maior audiência do país. Vamos aplaudir isso?

Surpreendentemente, hoje a "Folha de S. Paulo" já nos alertou para o fato de que o Presidente Lula disse que não tem nada a ver com a questão, que não quer nem se manifestar a respeito. Estamos falando de um acinte contra o Estado de Direito, uma vergonha, Deputado Carlin Moura. Se persistir nesse caminho, entenderei que V. Exa. acha que é a força, seja das armas, seja dos atos unilaterais, que representa realmente a democracia.

A democracia se fundamenta no Estado de Direito, e, assim, tanto o Presidente quanto o homem mais humilde deve-se valer dos tribunais e não da caneta para decidir quem tem direito e quem não tem para falar e se comunicar.

O Presidente Hugo Chávez calou o canal por este fazer oposição ao seu governo, não por ter a rede participado de qualquer ilegalidade. Por participar de ilegalidade, quem teria de calar o referido canal seriam os tribunais da Venezuela.

Se na Venezuela temos um Estado de Direito, ele deve funcionar assim. No Estado de Direito é a Justiça que toma as decisões e não o todo-poderoso. Fazer idolatria a qualquer todo-poderoso é enveredar pelo caminho do totalitarismo, seja pela força, seja pelo populismo.

Respeito a opinião de V. Exa., mas discordo profundamente dessa apologia que V. Exa. faz aos golpistas da América Latina. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura* - Deputado Domingos Sávio, aconselho V. Exa. a inteirar-se melhor do assunto. Aconselho mais: não se inteire pelas informações da "Folha de S. Paulo" ou pela Rede Globo, mas, sim, pelas inúmeras informações que há na internet.

Esclareço a V. Exa. que, desde o dia 28 de dezembro, através da Corte Constitucional Superior da Venezuela, foi exigido da empresa de televisão que se adequasse às normas constitucionais desse país. Ela não quis submeter-se a essas normas constitucionais. Por isso, foi substituída por uma rede pública de televisão, com controle público e do conselho popular.

V. Exa. não deveria apenas ficar reproduzindo as informações que vêm das empresas que fazem o monopólio da comunicação neste país. Temos de ter os dois lados da notícia, sob pena de eu pegar o "site" do novo jornal e sair fazendo propaganda por todos os cantos de que seria uma verdade absoluta, no que diz respeito à denúncia, segundo o novo jornal, de um Secretário do Governador Aécio Neves que estaria envolvido na Operação Navalha.

Não tomarei isso como uma informação unilateral porque todo o mundo tem direito ao contraditório e a ampla defesa.

Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento agradecendo o aparte dos nobres Deputados que contribuíram para este debate.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público da TV Assembléia, senhoras e senhores, venho aqui hoje a esta tribuna para fazer menção a três grandes frentes de ações, políticas públicas do governo Lula, que temos acompanhado, de maneira especial, aqui nas nossas Minas Gerais.

Inicialmente, gostaria de falar da ampliação da rede do Cefet em Minas Gerais, que hoje já dispõe de inúmeras unidades e vem fazendo um trabalho muito importante e fundamental para promover o desenvolvimento do nosso Estado.

Quem conhece e teve, ao longo dos anos, oportunidade de acompanhar as questões atinentes ao ensino profissional no Brasil e em Minas Gerais sabe que as ações do governo Lula para ampliar e construir, agora na segunda fase, depois de inúmeros outros centros já em processo de construção, mais 150 Cefets no Brasil - 12 em Minas Gerais -, sabe o significado e a importância desse fato.

É uma verdadeira revolução que irá, com toda certeza, impactar positivamente todo o ensino, e não só o técnico profissionalizante. A rede Cefet está também trabalhando com o ensino superior tecnológico e tem várias unidades. Estão disponíveis vários cursos, como os de mestrado em diversas disciplinas, em Minas Gerais e no Brasil.

Nosso mandato está trabalhando muito para que a rede Cefet, que agora se amplia em Minas Gerais, chegue efetivamente à nossa região Noroeste. Duas cidades foram selecionadas: Paracatu, minha cidade natal, minha principal base eleitoral, berço cultural da região Noroeste, cidade-mãe da região, e Arinos. Uma disposição que entendemos a melhor para cobrir territorialmente toda aquela região que carece, até então, do ensino técnico para auxiliar o seu processo de desenvolvimento.

Hoje, infelizmente, só dispomos de uma escola técnica de agropecuária instalada na cidade de Unaí, que, por sinal, faz um trabalho belíssimo. Gostaria de lembrar o nosso querido Diretor André, dessa unidade educacional, que vem realizando um trabalho digno de registro, com sua equipe, visto que ele vem atendendo a uma vasta gama de alunos da nossa região e de outras regiões de Minas Gerais, muito além das possibilidades ali instaladas. Nessa unidade, estudam jovens do Jequitinhonha, do Norte de Minas, da região central de Belo Horizonte, do Triângulo, do Alto Paranaíba e também de Goiás.

Na semana passada, fizemos questão de organizar duas audiências públicas sobre o Cefet de Paracatu: uma na cidade de Arinos e outra na cidade de Paracatu, exatamente para tornar público o trabalho, dar visibilidade, orientar as lideranças da nossa região sobre gestão pública e também para orientar as lideranças do segmento empresarial do terceiro setor, a fim de que possam participar de maneira decidida nesse processo.

O que está em curso, de fato, uma vez selecionadas as 12 cidades que vão receber o Cefet nessa segunda fase, é uma chamada pública, e o que vai definir a classificação e os quatro Cefets a serem implantados a cada ano, nos próximos três anos, em Minas Gerais, será a contrapartida oferecida pelos Municípios.

Em Paracatu, temos a grata satisfação de informar que o Prefeito Vasquinho está muito empenhado, ou seja, ele efetivamente abraçou essa causa e está ajudando a mobilizar a comunidade para levantar uma contrapartida que garanta que o Cefet de Paracatu inicie as suas atividades, se Deus quiser, no segundo semestre de 2008.

Participaram da audiência pública em Paracatu o Deputado Federal Virgílio Guimarães, que é o nosso principal parceiro nessa empreitada, e o Deputado Toninho Andrade, que também tem colaborado com a implantação do Cefet na região Noroeste de Minas. Ambos se comprometeram em fazer um repasse, por meio de suas emendas parlamentares, de R\$500.000,00, cada um, para o Cefet de Paracatu.

Além disso, foi negociado e já está em processo de legalização a disponibilização de duas áreas, para que o Cefet de Uberaba, coordenado pelo Prof. Ronaldo Oliveira, possa avaliar e escolher qual é a melhor área para acomodar as instalações do Cefet em Paracatu. São duas as opções: ou se escolhe o terreno da fazendinha, que é um terreno da Prefeitura, ou o terreno que hoje está na posse da Apae, que terá uma parcela desmembrada e disponibilizada para o Cefet.

Também participou da audiência pública de Paracatu o nosso companheiro Rogério Aranha, que responde, em Minas Gerais, pela Secretaria do Patrimônio da União, tendo participado daquele evento exatamente para prestar esclarecimentos e para ajudar a disponibilizar as áreas do governo federal em Paracatu, se houver necessidade, para a instalação do Cefet.

Em Arinos, também houve uma audiência pública muito significativa, com mais de 500 participantes, no Salão Paroquial da Igreja Matriz, com delegações de todos os 10 Municípios do Vale do Uruçuia. Em Arinos, o Cefet vem coroar o esforço, muito grande, de desenvolvimento sustentável regional e territorial que está em curso naquela bacia hidrográfica do Rio Uruçuia.

É um programa de desenvolvimento sustentável que vem sendo, ao longo dos últimos quatro anos, capitaneado por uma agência de desenvolvimento regional, a Agência de Desenvolvimento do Vale do Rio Uruçuia, e uma ONG que conseguiu e construiu parcerias significativas com a Fundação Banco do Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério do Trabalho, a Embrapa, o Ministério da Integração Nacional e o Ministério da Educação. O objetivo é implantar e desenvolver cinco cadeias produtivas para diversificar a produção e oferecer novas e melhores oportunidades, particularmente aos agricultores familiares da região.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Deputado Almir Paraca, parabeno V. Exa. e a população da região Noroeste por ter eleito um Deputado da sua categoria. Tenho certeza de que ela já está colhendo os frutos do seu brilhante trabalho e da sua parceria com o Deputado Federal Virgílio Guimarães, que também é o nosso Deputado Federal no Norte de Minas. V. Exa. tem a oportunidade de comemorar a instalação de unidade do Cefet em Paracatu e Arinos. Parabeno V. Exa. e o Deputado Federal Virgílio pela brilhante iniciativa, assim como o Presidente Lula, por dar às regiões mais carentes do Estado oportunidade de terem acesso a um ensino qualificado e técnico.

Esperamos que esse projeto seja ampliado a outras regiões, como o Norte de Minas, Manga, para que também sejam beneficiadas, no futuro, com uma unidade do Cefet.

Parabeno mais uma vez V. Exa. pela iniciativa e ao povo do Noroeste por tê-lo escolhido como seu representante.

O Deputado Almir Paraca - Obrigado, nobre Deputado Paulo Guedes. Gostaríamos de registrar ainda o comparecimento, na audiência pública do Cefet em Arinos, do Prof. Paulo César Azevedo, coordenador do Cefet de Januária, que será encarregado da implantação do Cefet de Arinos; e dos Deputados Federais Virgílio Guimarães e Antônio Andrada. Na ocasião, foi anunciado que a Fundação Banco do Brasil manifestou interesse em continuar colaborando com o desenvolvimento sustentável do Vale do Rio Uruçuia, disponibilizando recursos financeiros na contrapartida para a implantação do Cefet em Arinos.

Terminamos a audiência pública, que foi muito significativa e representativa, com a eleição de uma comissão regional que visitará as instalações do Cefet de Januária e terá um conhecimento aprofundado do seu funcionamento, podendo continuar o processo de mobilização e organização para a efetivação da proposta a ser apresentada ao Ministério da Educação até o dia 2 de julho.

Gostaria de trazer a público os resultados da audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Municipais desta Casa na cidade de Paracatu, na última sexta-feira. Junto ao Deputado Weliton Prado, estivemos presentes nessa reunião muito significativa que contou com a participação de mais de 500 pessoas. Foi revelada a preocupação com o atraso na implementação do programa Luz para Todos na região Noroeste de Minas. A população de todos os Municípios da região compareceu ali manifestando também sua indignação com esse atraso.

Numa ação conjunta, eu e o Deputado Weliton Prado apresentamos dois requerimentos. O primeiro solicita visita à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel -, para que faça gestão para a agilidade da liberação dos recursos para a execução da segunda fase do projeto e ainda para tentar impedir o aumento da tarifa de energia elétrica no Estado de Minas Gerais. O segundo requerimento, protocolado hoje, solicita nova audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais nesta Casa, convidando os responsáveis da Cemig e das empreiteiras para discutir as placas de energia solar, as placas fotovoltaicas, que, no nosso entender, são utilizadas de maneira paliativa e irregular.

O programa Luz para Todos não reembolsa a Cemig pelo uso dessas placas solares.

O Deputado Paulo Guedes solicitou uma audiência pública para tratar do programa em Montes Claros, e participamos também dela. No Noroeste e no Norte de Minas há um repúdio contra a utilização desses equipamentos, pois essas placas solares não atendem à necessidade do programa. Além disso, não podem ser - daí o nosso temor - justificativa para que esses produtores atendidos por essas placas solares fiquem fora desse programa, ou seja, não sejam atendidos pela energia convencional porque já foram atendidos por meio da utilização das placas solares.

Estamos preocupados com essa questão e queremos aprofundar o debate, até que consigamos evitar, de maneira definitiva, a utilização das placas solares no programa Luz para Todos em Minas Gerais. A partir da constatação de que há um grande estoque dessas placas nas duas regiões, precisamos efetivamente de uma solução que evite a utilização continuada dessas placas, que trará um grande prejuízo para inúmeros pequenos produtores, principalmente das regiões Noroeste e Norte de Minas. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Cumprimento o Presidente em exercício, Deputado Lafayette de Andrada, os Deputados presentes, a todos que nos assistem em Minas Gerais, os servidores e as servidoras do nosso Estado. Gostaria, inicialmente, de abordar, no nosso pronunciamento desta tarde, dois temas. Um diz respeito à importância da agricultura familiar no Estado de Minas Gerais. Fizemos um levantamento sobre o crédito Pronaf, que chegará, nas próximas safras de 2007 e 2008, aproximadamente a R\$1.000.000.000,00, somente em Minas. O Presidente Lula amplia também, para o País, em R\$12.000.000.000,00 os créditos destinados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. Das 400 mil famílias que trabalham no segmento da agricultura familiar no Estado, 222 mil, ou seja, mais da metade teve acesso ao financiamento do Pronaf nas safras de 2005 e 2006, saltando de cerca de R\$200.000,00, em 2002, para quase R\$1.000.000.000,00, em 2006. Pela expectativa apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, essa marca, provavelmente, será ultrapassada neste ano, na próxima safra.

Além do crescimento dos valores, a abrangência do Pronaf Minas apresenta uma expansão muito grande. Segundo o Ministério do

Desenvolvimento Agrário, cerca de 800 Municípios estão acessando os recursos. A procura pelos créditos é maior entre as regiões mais carentes, como o Norte de Minas e os Vales do Mucuri e Jequitinhonha. O Pronaf beneficia quem mais precisa, tanto se considerarmos a família do pequeno agricultor ou da pequena agricultora como o Município onde ele vive.

Em Cônego Marinho, por exemplo, cidade do Norte de Minas com 6.400 habitantes, 80% das famílias do Município recebem crédito do Pronaf, atingindo um volume de R\$2.700.000,00, superando, inclusive, os R\$2.400.000,00 do Fundo de Participação dos Municípios. Quanto menor a cidade, mais a agricultura torna-se a base da economia. Se o recurso é bom para o pequeno produtor, melhor ainda será para a cidade, pois o recurso passa a circular em maior volume, beneficiando o comércio e a economia local como um todo. Para se ter uma idéia da importância da agricultura familiar para a economia de Minas e também para o Brasil, ela é responsável pela produção de alimentos básicos que vão para a mesa da nossa população. Os números impressionam: 64% da produção nacional de feijão são da agricultura familiar; 84% da mandioca, 49% do milho, 31% do arroz, 97% do fumo, 52% do leite, 59% dos suínos, 25% do café. A importância que o governo e o Presidente Lula têm dado à agricultura familiar se expressa nesses números que estamos apresentando, mas especialmente numa política agrícola dedicada, com prioridade especial para a agricultura familiar do nosso país, com experiências avançadas de vanguarda - o Pronaf Juventude, o Pronaf Mulher, enfim, o Pronaf para o agricultor e para a agricultora trabalhadora rural.

Quero registrar uma diferença fundamental entre essa experiência de fortalecimento da agricultura familiar feita no Brasil, em Minas, pelos recursos, financiamentos e créditos federais, e a proposta do estudo inicial que fizemos, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI -, que foi enviado a esta Casa Legislativa, em que não avaliamos, não percebemos nenhuma palavra ou referência à agricultura familiar. Só se fala do agronegócio: "...inserção do Centro-Oeste no agronegócio", "instalação de negócios de alto conteúdo tecnológico..." Não há, por parte do governo de Minas Gerais uma prioridade concreta em relação ao fortalecimento da agricultura familiar. Há um apoio excessivo ao agronegócio, mas apoio à agricultura familiar, nada. Nem mesmo quanto à necessária articulação entre a política estadual e a nacional, que hoje vem investindo fortemente nesta área, reconhecendo a importância do setor para a geração de emprego e renda e para a produção dos alimentos que vão para a mesa do povo, e não apenas para exportação.

O pior é que o PMDI está falando de futuro, isto é, na proposta de futuro para o apoio ao meio rural de Minas Gerais. E o governo Aécio não reconhece nem a existência da agricultura familiar como setor importante para a produção agrícola e, principalmente, para a sobrevivência e desenvolvimento das 400 mil famílias deste Estado, as quais atuam nessa área.

A única referência à agricultura familiar no Orçamento 2006 é um programa da Emater, Implantação de Projetos de Apoio à Agricultura Familiar, com previsão orçamentária de apenas R\$100.000,00 e zero de execução. Não chegou nem a ser empenhado, o que comprova o absoluto descaso com esse importante setor. Para 2007, os mesmos R\$100.000,00 de previsão orçamentária, enquanto que, para o agronegócio, há uma previsão de R\$700.000,00 para 2007.

Podemos dizer que aqui está a essência da diferença de concepção entre o nosso governo, o governo democrático popular, do PT, de políticas colocadas em prática pelo governo Lula, em relação à política de Minas Gerais, à visão neoliberal colocada em prática pelo Governador de Minas.

Quando se fala em déficit zero, tem de se falar também na execução zero de programas fundamentais como este para a economia e para o povo mineiro, para a agricultura familiar, para os pequenos agricultores e camponeses do Estado de Minas Gerais.

Queria deixar esse registro, pois é fundamental. O Estado de Minas Gerais está fortalecendo sua agricultura, especialmente a familiar.

Aproveitamos a oportunidade para fazer um convite às pessoas da região do Mucuri e do Jequitinhonha. Amanhã, juntamente com a Comissão de Assuntos Municipais, presidida pelo Deputado Weliton Prado, e outros Deputados, como o Deputado André Quintão, participaremos de uma audiência pública em Araçuaí, em que vamos discutir o programa Luz para Todos, desenvolvido pelo governo federal em parceria com a Cemig e o Estado de Minas. Discutiremos a importância do debate do programa em Minas Gerais. Em algumas regiões, o projeto está bastante avançado em sua execução, mas, em outras, temos recebido reivindicações para acelerar a proposta no Estado. Isso acontece especialmente na região do Jequitinhonha, do Mucuri e em grande parte do Rio Doce, onde defendemos uma aceleração do programa, que consiste em uma contribuição fundamental ao desenvolvimento das pequenas comunidades, pois possibilitará a comunicação entre elas e promoverá a geração de empregos, a permanência da população no campo e melhores condições de vida.

Portanto, amanhã, na Escola Nazaré, em Araçuaí, representantes de todos os Municípios que fazem parte do lote 3, cuja execução é responsabilidade da empreiteira Queiroz Galvão, devem comparecer para conhecermos o cronograma e colocar em funcionamento um programa que é fundamental para o desenvolvimento de Minas, principalmente das comunidades rurais.

Quero lembrar que já houve uma audiência em Paracatu, no Norte de Minas. Vários Municípios estão-se organizando para que, de fato, haja uma aceleração da execução e, neste ano e no início do próximo, tenhamos eletrificação rural em todos os Municípios de Minas, especialmente dessa região, para superar o empobrecimento e colaborar com o desenvolvimento regional e local.

Quero abordar mais um assunto, como já fez o Deputado que nos antecedeu, o querido companheiro de bancada e de partido Deputado Almir Paraca. Também quero falar sobre esse tema, pois ele diz respeito à nossa região e cidade de origem, Governador Valadares. Ele trouxe aqui um tema que considero fundamental: a educação de qualidade em Minas Gerais. Estamos falando do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação. Além das extensões universitárias, há os Cefets, que serão construídos no Estado. Serão 12 centros tecnológicos nacionais do ensino profissionalizante, e tive oportunidade de participar de algumas audiências públicas em que o tema foi abordado para as diversas regiões de Minas.

Houve uma audiência pública em Almenara. O Cefet de Januária fará o diagnóstico, construirá e acompanhará de perto o projeto de Almenara. Estive presente em duas audiências públicas. Uma delas foi em Araçuaí, onde haverá uma sede do Cefet para a região do Jequitinhonha, coordenada pelo Cefet de Rio Pomba. Houve uma grande presença local, e lá foram apresentadas e debatidas as propostas relativas aos cursos a partir da realidade, da vocação e das potencialidades. O Jequitinhonha, então, receberá duas unidades: o Cefet Almenara e o Araçuaí.

O Norte de Minas, Deputado Paulo Guedes, receberá o Cefet Pirapora, que será coordenado pelo de Januária.

Lembro também que fizemos uma belíssima audiência pública em Governador Valadares, cidade que sediará um Cefet no próximo ano. O Cefet de Governador Valadares será coordenado pelo Cefet de Belo Horizonte, cujo coordenador é o Prof. Flávio. Ele esteve em Governador Valadares, com representação do governo federal pelo Ministério da Educação. Foi apresentada a proposta de implantação do Cefet naquela cidade, que possibilitará o Ensino Médio Profissionalizante e Tecnológico. E, em médio prazo, possibilitará também o Ensino Superior na área tecnológica, de expansão, na região do Vale do Rio Doce, com sede em Governador Valadares. Acredito que o Plano Nacional de Educação do Presidente Lula é uma vitória. Ele garante 150 centros de formação tecnológica no Brasil, entre eles, 12 em Minas Gerais, escolhidos especialmente para as regiões que mais precisam de desenvolvimento regional. Foi uma audiência pública com mais de 200 participantes. Agradeço a participação do Deputado Federal Leonardo Monteiro, que contribuiu, possibilitando que essa oportunidade chegasse a Governador Valadares. Também o nosso abraço, pelo empenho, ao Deputado Federal Virgílio Guimarães, que muito tem se empenhado pelo Cefet em Minas Gerais. Não é de agora que ele luta pela implantação do Cefet. Ele tem feito um trabalho belíssimo na Câmara dos Deputados, apresentando as

necessidades de Minas Gerais. O número de Cefets, em Minas, com certeza, conta com o apoio, a presença e a participação do nosso Deputado Virgílio Guimarães, que representa todas essas regiões, com muita dignidade.

Na audiência pública, as regiões do Vale do Rio Doce e de Governador Valadares se pronunciaram com sugestões de vários cursos de caráter regional, na área de mineração, que a região tem de forma muito presente, como nas áreas de pedras preciosas, turismo, agroecologia, ambiental, comércio. Enfim, sugestões que foram apresentadas ao Prof. Flávio, que faz um bellissimo trabalho no Cefet de Belo Horizonte. Ele e a Prof. Isabel têm contribuído para que aquela região tenha um Centro Tecnológico Federal.

Nossos agradecimentos a todos que participaram da audiência pública. Agora é preciso credenciar para participar do edital, do "ranking" que o Ministério da Educação proporcionará para saber quais as primeiras regiões que receberão os Cefet. Cada construção custará R\$5.000.000,00. Serão quatro ou cinco cursos iniciais, 20 professores, mais de 20 funcionários que servirão, num primeiro momento, os Cefets nessas regiões. Governador Valadares receberá um Centro Tecnológico que radiará o projeto de desenvolvimento regional e crescimento para todo o Vale do Rio Doce.

Deixo o registro dessa importante audiência pública, com a presença do poder público de Governador Valadares. Estamos agora fazendo uma mobilização de Valadares e região, para que façamos parte das contrapartidas que o MEC exige para disputarmos os primeiros lugares na execução do Cefet em Minas Gerais, especialmente na região de Governador Valadares. Registro essa importante atuação do governo Lula no ensino profissionalizante.

Reforço, Deputado Paulo Guedes, que o governo anterior, do PSDB, simplesmente não criou um único Centro Tecnológico neste país, pelo contrário, houve um decreto que proibiu a criação de curso profissionalizante. O Presidente Lula já criou 40 e, para os próximos quatro anos, criará mais 150, propiciando oportunidades de formação e conhecimento para a nossa juventude, enfim, de cidadania, oferecendo condições para uma educação de qualidade nos Municípios.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Parabenizo a nossa líder Deputada Elisa Costa, que, com brilhantismo, lidera a Bancada do PT e do PCdoB. Parabenizo-a pelo pronunciamento, pela defesa ao governo Lula em suas diversas áreas.

Principalmente no que diz respeito ao avanço na educação, reconhecido por todos, com a criação de mais 150 cursos técnicos no País, sendo 12 em Minas Gerais. Esperamos que o Presidente Lula não pare por aí e continue promovendo o desenvolvimento do ensino no País, especialmente em Minas Gerais, que tem recebido tratamento especial nas diversas áreas. Mais de R\$2.000.000,00 serão investidos em obras por meio do PAC, além dos programas sociais Bolsa-Família, Pronaf, Luz para Todos e do programa que está levando água ao Norte de Minas e ao Vale do Jequitinhonha. Há tantos números importantes para comemorar que não temos mais saudade do tempo em que Minas Gerais era tratada a pão e água pelo governo passado. Graças a Deus, temos um Presidente que governa o País para todos, sem discriminar nenhum Estado, e Minas Gerais está sendo um dos mais beneficiados. Parabéns, Deputada Elisa Costa, pelo pronunciamento e pela defesa brilhante do nosso governo.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Parabenizo V. Exa. pela importante lembrança dos investimentos do Presidente Lula em Minas Gerais, especialmente no que diz respeito ao ensino técnico profissionalizante. Chamo atenção para a Constituição Federal, que determina: prioritariamente, o governo federal deve investir nas universidades, o governo estadual deve investir no 2º grau, e o governo municipal, no ensino fundamental. Obviamente, não há proibição para haver outros investimentos, como o Presidente Lula vem fazendo. O investimento prioritário do governo federal deve ser na universidade pública, como tem feito, ampliando o número de vagas, criando novos cursos, ampliando o número de vagas noturnas e criando o ProUni na escola particular. Mas, mesmo assim, o Presidente Lula faz investimento maciço, especialmente na expansão do Cefet. Da mesma forma, avança na implementação do Fundeb, com investimentos de mais de R\$30.000.000,00 na educação básica do País.

Lembro um fato importante: o investimento prioritário no ensino médio compete ao governo do Estado, e o ensino técnico profissionalizante está na esfera do 2º grau. Minas Gerais é um Estado completamente órfão de ensino técnico profissionalizante mantido pelo governo federal. Toda escola técnica do Estado é mantida pelo governo federal, por meio do Cefet, pelos sistemas Sesi, Senai e Sesc, ou pelas escolas particulares.

O governo de Minas está em débito com a juventude mineira ao não propiciar o ensino técnico profissionalizante nas escolas estaduais. É importante a criação de novas unidades do Cefet, mas precisamos cobrar responsabilidade do nosso governo para que ofereça à juventude o ensino profissionalizante nas escolas estaduais. As empresas estão criando vagas, como a Fiat, que criará mais de 1.700 vagas. Se o jovem não estiver preparado para esse mercado de trabalho, não terá condições de disputar essa vaga. Ao não criar as escolas técnicas, o governo do Estado está contribuindo para jogar essa juventude na marginalidade e na cadeia. É isso que está acontecendo com a juventude de Minas Gerais.

V. Exa. está de parabéns. O Presidente Lula faz um grande serviço a Minas Gerais e à juventude ao investir no ensino técnico profissionalizante. Obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Obrigado, Deputados Carlin Moura e Paulo Guedes. Aliás, lembro que Contagem - aproveito para mandar um abraço a nossa Prefeita Marília Campos - também receberá um Cefet. Provavelmente, esse Cefet será um dos primeiros, pois lá todo o processo está adiantado, dada a importância de Contagem no contexto do ensino profissionalizante no Estado de Minas Gerais.

Deputado Carlin Moura, quero acrescentar ao seu brilhante aparte a importância de o governo Lula pensar a educação de forma integrada, desde a educação infantil, as creches, passando pela qualidade do ensino da educação fundamental, pela priorização do ensino médio nos Estados, a fim de garantir espaço e oportunidade à juventude, chegando às universidades. O governo federal está capacitando e potencializando as universidades existentes, e ainda criando mais algumas. Já criou 10 federais, sendo 3 em Minas Gerais, mais 43 extensões universitárias, além da abertura de vagas noturnas. Isso significa um País em pleno processo de desenvolvimento, que, neste momento, passa isso para o Estado, para que ele pense nesse modelo de desenvolvimento a partir do próprio Estado brasileiro, do governo federal, priorizando a educação. Então, quero registrar que agora o País passa por um novo processo de desenvolvimento, pois prioriza a educação como mola mestra da construção desse desenvolvimento. Sendo assim, teremos mais conhecimento, mais cidadania, mais empregos, mais oportunidades e um País mais cidadão para todos. Quero resumir meu pronunciamento. São três importantes temas: ampliar e acelerar em Minas Gerais o programa Luz para Todos, para beneficiar e fortalecer a agricultura familiar, porque o programa Luz para Todos, o Pronaf e a agricultura familiar estão intimamente ligados - o potencial da agricultura aqui, no Estado, é grande -; e principalmente a educação, como processo de desenvolvimento do nosso Estado. Concorro com o Deputado Carlin Moura: de fato Minas Gerais tem de pensar suas políticas sociais, nas áreas da assistência, da saúde, de geração de empregos e, especialmente, da educação. Não se trata apenas de reformar escolas, equipá-las, garantir o acesso, ampliar vagas, construir prédios novos - esses são passos importantes da educação -, mas principalmente garantir educação de qualidade. Educação de qualidade significa reconhecer o papel importante dos educadores e professores, não somente na sua qualificação, que é fundamental, mas também reconhecer a estima desses profissionais, garantindo-lhes melhores condições de trabalho e salários mais dignos. Espero que os recursos que chegarão do governo federal - especialmente para o ensino médio -, do Fundeb, possam ampliar as oportunidades e oferecer mais dignidade para a educação de Minas, o que engloba salários mais dignos aos nossos educadores e professores de Minas Gerais. Acredito que esse é o tempo de garantir a educação. Não dá mais para conviver com o piso salarial de Minas Gerais, R\$330,00 e R\$340,00, o mesmo que o salário mínimo. A educação tem de ter dignidade em Minas. O governo Aécio, a Secretaria de Educação, de fato, dá um passo para garantir uma educação de qualidade.

Essa luta tem de ser de todos, da Assembléia Legislativa, dos Deputados e da comunidade escolar, que reúne a sociedade, os educadores e os funcionários das escolas. A educação em Minas deve ser de todos, parceira e cidadã. Portanto, desejo que em Minas Gerais haja uma efetiva participação do governo para ampliar os recursos, com a execução de políticas públicas para a educação, principalmente para melhorar o salário dos professores do Estado. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva* - Sr. Presidente Deputado Lafayette de Andrada, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, voltamos a esta tribuna para comentar alguns assuntos, entre eles, a visita que faremos a Araçuaí, amanhã, para discutir com a população daquela cidade a implantação do programa Luz para Todos. Gostaria de avisar ao meu amigo Benvindo Lopes Bastos, o meu companheiro e ex-Prefeito João Neiva, o Pereira e o Ivanildo Chamilet, nosso coordenador, em Araçuaí, para nos receberem, para conversarmos com o povo da terra onde morei, quando criança, e lembrar a todos - uma prévia do que acontecerá amanhã - o que é o programa Luz para Todos. É um programa federal, mas que tem apenas a chancela federal porque 78% do dinheiro é da Cemig, do governo do Estado de Minas Gerais, e 22% do governo federal. Há uma coordenação que o governo de Minas aceitou em âmbito federal. Aceitamos essa verdade, mas não podemos aceitá-la no todo porque a meia verdade é muito pior que a mentira. Temos uma falsificação de informações no País, a máquina de propaganda estilo Goebbels. De nada adianta, porém, ficarmos aqui a retaliar o governo Aécio Neves e o governo Lula. Ao contrário, meu partido apóia o governo Lula, assim como eu, particularmente, apóio o governo Aécio Neves. Mas democratas devem não ser servís, não ser carpetes, para que a Liderança pise sobre as nossas idéias e nossas opiniões. Temos que ter a altivez do Poder Legislativo, do parlamento, para dizer as grandes verdades.

Há um grande programa de eletrificação rural em Minas Gerais e no Brasil. Minas desponta como o Estado que fez o maior número de ligações em todo o Brasil: 175 mil propriedades rurais já estão ligadas dentro do programa Luz para Todos, com o governo do Estado desembolsando 78%, por meio do caixa do Tesouro, na isenção do ICMS, e dos financiamentos feitos pela Cemig, com recursos próprios do caixa da empresa.

O que aconteceu com o programa Luz para Todos? Em 2004, eu era Prefeito, e, até julho daquele ano, tínhamos que apresentar à Cemig e ao governo do Estado a relação dos prováveis beneficiários do programa. O levantamento foi apresentado, e tínhamos um total, em Minas Gerais, de 240 mil ligações a serem feitas, a partir do cadastro feito em julho de 2004. No entanto, a partir da propaganda estilo Goebbels, feita pelo governo federal, de que nenhuma choupana, casa de taipa, de palha ou de lona ficaria sem energia elétrica, tivemos um problema grave de administração do programa. E trabalhei no programa durante dois anos. Qual foi o problema que tivemos? O contrato, o programa, a licitação, a contratação da obra previa que fossem ligadas todas as propriedades rurais de cada Estado. Com essa propaganda e a força de barra da turma de Furnas, que virou coordenadora de um programa executado pela Cemig - uma intromissão completamente indevida e desnecessária -, tive vários arroubos de discussões, na região do Nordeste mineiro, com essa turma porque contrataram 150 pessoas para irem, de fazenda em fazenda, falar que o programa é federal. Por que não falar que é um programa de convênio, em que o governo do Estado gasta 78% e governo federal, 22%? Pois bem, ao longo desse processo, forçando a barra, o pessoal de Furnas obrigou as empreiteiras a colocar luz em três, quatro, cinco casas, em cada propriedade rural. O programa furou, o dinheiro acabou. Essa, a verdade. Enquanto o governo federal - nesse sentido, é nosso discurso - não acertar o repasse dos seus 22% para mais 100 mil novas ligações, registradas e cadastradas a partir de julho de 2004, a Cemig e o governo do Estado não terão como retomar as obras. Não estou autorizado pelo Diretor da Cemig nem pelo governo a dar essas informações. Hoje sou parlamentar e é nessa condição que presto as informações das quais tenho conhecimento. Haverá necessidade de se fazer nova licitação porque o contrato estourou. Não há como fazer reajuste de contrato passando por cima da lei. É necessário obedecer à lei, ao sistema de licitação.

Neste momento, senhoras e senhores, caros Deputados, gostaria de dizer que Parlamento e Deputados que se prezam não podem ser servís; pelo contrário, têm de defender aquilo em que acreditam. Defendo, em minha região, com unhas e dentes, o governo Aécio Neves, que apóio, até despeito de meu partido ainda não o estar apoiando oficialmente. Todavia, não deixo de fazer as críticas necessárias a esse governo. Da mesma forma, nós, que apoiamos o governo Lula, não podemos deixar de mostrar seus erros.

Qual o papel do Parlamento? Um de seus papéis é fiscalizar o Executivo, não permitindo que as coisas fiquem ruins. Se não houver críticas, se ficarmos apenas no oba-oba, jogando confetes e lantejoulas, falsearemos a verdade para o povo brasileiro, o que não podemos fazer. Nós, parlamentares, caro Deputado Vanderlei Miranda, temos compromisso com a verdade, que precisamos estabelecer. O Parlamento, a Casa do povo, é uma casa completamente aberta. Os jornalistas ficam por aqui o tempo todo. Somos vistos a todo momento. Não temos o direito de enganar quem quer que seja.

Lembro-me de um episódio interessante, ocorrido em minha cidade, quando um Ministro de Estado fez determinada promessa em praça pública. Um cidadão me perguntou porque eu não havia dito nada a respeito daquela promessa, uma vez que já tinha conhecimento sobre ela. Perguntou também por que eu mesmo não havia feito a promessa. Respondi que o Ministro iria embora naquele mesmo dia e que ele, o cidadão, não o veria nunca mais. Eu, por outro lado, não poderia mentir porque permaneceria ali.

Nós, que todos os dias estamos com a cara na TV Assembléia, não podemos mentir para o povo. Por essa TV, o pessoal de Araçuaí está-nos vendo agora. Informo aos cidadãos desse Município que amanhã estarei lá. As verdades precisam ser ditas. Democracia é isso. Quando quisermos discutir problemas ideológicos, preferências, modelo de Estado e de governo, estilo de governo e de Estado, até mesmo religião, cada um terá direito de defender seu próprio ponto de vista.

Não posso, caro Deputado Gilberto Abramo, deixar de fazer referência à clareza que precisamos ter. O Deputado Antônio Júlio tem sido meu inspirador quando das minhas participações, em razão da sua energia. Todavia, discordo dele em alguns casos, o que não é nenhum problema. A população ganha com nossas discordâncias, com nossas interferências ao darmos nossas opiniões.

Ontem à tarde criei um problema aqui quando estávamos votando um projeto sem que o tivéssemos discutido. Penso que temos de discutir e até apelei para a imprensa a fim de que ela não ficasse olhando apenas para o Plenário. Pedi que olhasse também para as comissões, onde o grande trabalho dos parlamentares é realizado. Lá os assuntos são debatidos de forma extenuante. Há reuniões que demoram 4, 5, 6 horas e que contam com a participação de técnicos de todos os níveis. A população é ouvida nas comissões. São feitas audiências públicas no interior. Ontem, em Curvelo; amanhã, em Araçuaí. Viajamos pelo Estado afora para buscar a opinião do povo, fazendo exatamente o que todo Deputado deve fazer.

O Deputado Gilberto Abramo (em aparte)* - Deputado Getúlio Neiva, estava atento a suas palavras e procurando mostrar o quanto os governos devem ser de fato e de verdade transparentes com a população. Não precisamos ir muito longe. Basta olhar para Belo Horizonte que perceberemos que ainda há alguns pontos de interrogação.

Ontem falei e volto a falar hoje: aprovamos ontem, em 1º turno, um projeto que dá ao governo de Belo Horizonte o direito sobre um terreno de 285.000m². Na oportunidade, questionei um Deputado que usou essa tribuna sobre qual seria a garantia que os moradores do Conjunto Confisco teriam de suas escrituras.

Foi-me apresentado um projeto de lei que, na verdade, não é lei. Os moradores do Conjunto Confisco não têm essa garantia. Poderíamos estender um pouco mais essa discussão, citando o Orçamento Participativo, que, na verdade, virou uma moda dentro de Belo Horizonte.

Se analisarmos o período em que o PT está à frente da Prefeitura de Belo Horizonte, perceberemos que muitos Orçamentos Participativos foram aprovados, mas poucos foram cumpridos. Em um Estado esclarecido, por que o não-cumprimento do Orçamento? Será que dirão que é por falta de dinheiro no caixa? Que estariam contando com determinado recurso que não entrou? Trata-se de propaganda enganosa. No Brasil, esse tipo de propaganda é crime. Acredito que estão fazendo propaganda enganosa com o Orçamento Participativo. A Prefeitura de Belo Horizonte, na gestão do Prefeito Fernando Pimentel, precisa ser mais clara com a população.

A mesma coisa acontece com as obras. Temos a obra na Av. Antônio Carlos. Por que essa obra está sendo executada? Porque o governo estadual começou uma obra que dá visibilidade ao governo estadual, que é a Linha Verde. Se isso não acontecesse, de maneira alguma teríamos essa obra da Av. Antônio Carlos.

O governo estadual teve de manifestar-se para que a Prefeitura tomasse uma iniciativa. V. Exa. está com a razão. Nós e a população queremos esclarecimentos. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva* - Muito obrigado, Deputado Gilberto Abramo. Queremos referendar aquilo que V. Exa. disse ontem e hoje nas discussões. Na verdade, as escrituras do Conjunto Confisco poderiam ser passadas pelo próprio Estado, por meio da Ruralminas ou qualquer outro órgão que o Estado designar. E não é apenas no território de Belo Horizonte, mas também no de Contagem não constavam no projeto que também podem ser doadas, construídas no governo Newton Cardoso e doadas à população. Essas moradias podem ser registradas, sim.

No entanto, nem loteamento existe. É preciso fazer o loteamento e regularizá-lo perante as Prefeituras de Belo Horizonte ou de Contagem para depois passar a escritura. O Estado está com preguiça de passar a escritura? O pessoal da área fundiária do Estado está com preguiça de trabalhar? Ou é apenas mais uma benesse que o governo magnífico do Aécio Neves dá ao governo Pimentel? Ora, se o governo do Estado não ajudasse, o Pimentel não estaria essa beleza que está aí. Não há uma obra em Belo Horizonte que não tenha a participação do governo do Estado.

É histórica essa situação. Vejam há 10, 15 ou 20 anos. Não podemos usar meias verdades, Deputado Vanderlei Miranda. Estamos vivendo de meias verdades, de fantasia, de falsificação da informação. Estamos levando até a imprensa nesse roldão porque a massificação da informação é tão forte que, às vezes, parece verdade.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Caro Deputado Getúlio Neiva, brilhante orador, concordo com V. Exa. "ipsis litteris", no que diz em relação à verdade. Toda meia verdade é uma mentira por inteiro.

O Deputado Getúlio Neiva* - É pior um pouquinho, porque ela nos ilude.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Na seqüência do meu raciocínio, a população é a principal vítima principalmente dos discursos de campanha, naquele momento em que o candidato precisa do voto. Alguns candidatos, de forma inescrupulosa, lidando com as carências da população, lançam idéias e projetos que têm apenas o intuito de garantir a eles a eleição. Passada a eleição, sabendo que isso não é possível, como V. Exa. bem disse naquele discurso em que a pessoa perguntou por que V. Exa. não assumiu o discurso, e, de forma brilhante e inteligente, V. Exa. respondeu que não o assumiu porque teria de ficar aqui para dar satisfações.

Eu, que moro em Belo Horizonte e que tive 82% de meus votos na Capital e na região metropolitana, tenho uma preocupação muito grande com esta cidade.

O nobre colega Deputado Getúlio Neiva está indo para Araçuaí, uma região muito carente do nosso Estado que precisa de grandes investimentos. Dentro de Belo Horizonte, na nossa Capital, a 5 minutos do Centro da cidade, também existem bairros em que, com certeza, é humanamente impossível viver. Infelizmente, a nossa população já se adaptou àquele estado precário de vida. Cito aqui a Vila São Tomás, que está a 5 minutos do Centro da cidade, onde é impossível permanecer por 10 minutos, caso não se esteja acostumado. Quem mora lá já se acostumou. Os visitantes não suportam o mau cheiro da Vila São Tomás, por causa de um córrego oriundo da pista do Aeroporto da Pampulha, que corta a vila. Essa falta de investimento também acontece dentro de Belo Horizonte.

Empreendi várias ações em favor da Vila São Tomás, ainda quando Vereador, mas, infelizmente, não tive êxito. Os senhores podem ver, na Prefeitura de Belo Horizonte, várias demandas minhas nesse aspecto. Participei de muitas reuniões, sendo que na última imaginei que seria atendido em um projeto para a população da Vila São Tomás, mas eles colocaram o projeto sobre a mesa e disseram que não havia dinheiro para fazê-lo. Pensava que o problema seria solucionado naquela reunião, mas eles me deram um outro problema. Aliás, ficaram de me ligar para marcarmos uma outra reunião para discutir novamente esse assunto, mas até hoje estou aguardando contato.

Existem várias regiões da nossa Capital e do nosso Estado que estão precisando de atenção especial. Acredito que essa viagem que V. Exa. fará a Araçuaí vai produzir bons resultados. Torço por isso, principalmente por causa do empenho de V. Exa. em favor da população da região.

Espero que os nossos discursos aqui tomem corpo e saiam para a ação prática com a apresentação de resultados. Parabéns a V. Exa. pela preocupação com o tema. Sempre serei solidário com V. Exa. nessas questões.

O Deputado Getúlio Neiva* - Muito obrigado, Deputado Vanderlei Miranda. Acrescentando, gostaria de dizer que me preocupo, sim, com Belo Horizonte, porque moro aqui. Aliás, a minha família mora aqui desde 1975. É claro que sempre me desloco para o interior, porque também moro em Teófilo Otôni.

Fico preocupado com a beleza que estão fazendo ali na região central, na Rua Rio de Janeiro. Moro na Rua Guajajaras e vejo muitas pessoas pedindo esmola e dormindo debaixo de marquises, sem nenhuma assistência. Será que o pessoal daqui gosta mesmo de pobre? Na minha cidade não deixávamos isso acontecer, mas agora já está acontecendo.

Ainda gostaria de terminar o assunto do programa Luz para Todos. Os senhores sabem qual é o gargalo do Luz para Todos? O gargalo é um só. Basta o governo federal repassar a parte dele, os 22%, que a obra retoma. Faz-se a licitação, e está resolvido o problema.

Ao governo federal cabe participar do Luz para Todos com apenas 22%, sendo que 78% são pagos pelo Estado de Minas Gerais e pela Cemig. Isso está muito claro.

Fico assistindo aqui às pessoas descendo o cacete no Aécio Neves. E depois acham ruim quando alguém senta o cacete no Lula. Temos de medir as palavras. Defendo o governo Lula e o governo Aécio Neves, mas vou dizer as verdades sobre eles. Não irei me restringir nem restringir minha ação parlamentar, porque não fui eleito para ficar calado, ser maria-vai-com-as-outras, subalterno ou genuflexo, ajoelhando-me perante o poder. Fui eleito para defender as minhas idéias e as necessidades do meu povo, da minha região. E, na defesa dos interesses do povo da minha região, jamais me inclinarei genuflexo. Um abraço, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público que nos acompanha pelas galerias e pela TV Assembléia, antes de abordar o assunto que motiva nossa presença nesta tribuna, cumprimento o nobre Deputado Getúlio Neiva. Também estaremos em Araçuaí amanhã. O tema é realmente importante.

Temos de nos unir. É claro que o debate caloroso é absolutamente legítimo. No nosso entendimento, o que esse programa retrata é a união de esforços dos governos federal e estadual. Às vezes, o que precisamos é pontuar, de forma mais clara, a missão de um e de outro. Ambos têm o dever de propiciar ao povo mineiro e brasileiro as condições necessárias para uma qualidade de vida melhor.

O Deputado André Quintão (em aparte) - Serei breve, Deputado Domingos Sávio. O nobre Deputado que me antecedeu fez menção à questão social em Belo Horizonte. Como filho desta cidade e ex-Secretário de Desenvolvimento Social no governo Patrus, quero dizer que, hoje, a cidade é modelo em várias políticas públicas sociais, particularmente em relação aos catadores de material reciclável e à população de rua. Além disso, desenvolve ações voltadas à educação infantil, ao Bolsa-Família e a outros programas sociais. Portanto, Belo Horizonte tem sido um exemplo nas políticas públicas.

No que se refere ao programa Luz para Todos, concordo com V. Exa. Não irei polemizar referindo-me aos percentuais dos governos federal e estadual, aos significados do fundo perdido e do empréstimo ou ao pagamento feito pelo cidadão. Sou nascido em Belo Horizonte, mas tenho família no interior. Alguns parentes meus tinham uma pequena propriedade rural e ficaram sem energia elétrica por muito tempo. Sabemos da importância da eletrificação rural não só no aspecto da geração de renda mas também do conforto, da saúde, da civilização.

Também estarei presente na reunião de Araçuaí. Com a ida temporária da Deputada Elbe Brandão para a Secretaria Extraordinária, aqui, na Assembléia, sou o Deputado mais votado de Araçuaí hoje e também o Deputado do PT mais votado em todo o Vale do Jequitinhonha. Portanto, também tenho essa obrigação de estar junto, porque, infelizmente, o Vale do Jequitinhonha e o semi-árido mineiro, na execução do programa Luz para Todos, são exatamente as regiões com menor cobertura.

Congratulo-me com V. Exa. Estaremos todos lá, com um único objetivo: universalizar o acesso à eletrificação rural para aquelas regiões que mais precisam, contando com o esforço do governo Lula e do governo Aécio, até porque essa parceria administrativa é positiva para o Estado de Minas Gerais e para o cidadão mineiro.

O Deputado Domingos Sávio - Sem dúvida, isso norteia a nossa manifestação.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Gostaria de lembrar ao Deputado André Quintão que o Ministro Patrus Ananias é extremamente aplicado. Todavia, quem fez a Asmare não foi Patrus Ananias, mas Pimenta da Veiga. Quem fez o Restaurante Popular não foi Patrus Ananias, mas Sérgio Ferrara. Por fim, o Bolsa-Família é a soma do Bolsa-Alimentação, do Bolsa-Escola e do Vale-Gás, ou seja, juntou-se tudo num projeto só, que virou o Bolsa-Família. Quer dizer, ele é muito perspicaz.

O Deputado André Quintão (em aparte) - Até para não cometer uma injustiça com a Asmare, quem a criou não foi o Prefeito Pimenta da Veiga nem o Prefeito Patrus, mas, sim, os catadores de materiais recicláveis de Belo Horizonte, com a ajuda da Pastoral de Rua, da Cáritas e da Arquidiocese. No início, ela contou com o apoio na Câmara Municipal do Vereador Antônio Pinheiro, que hoje é do PSDB - aliás, naquela época, eu era assessor parlamentar -, e, com grande esforço, conquistou aquele primeiro galpão na Via Expressa. Depois, como é reconhecido por todos, o governo Patrus deu um apoio financeiro e material maior. Nessa época, tive a honra de ser Secretário e, aliás, assinar os convênios com a Asmare.

Particpei do processo de reabertura do Restaurante Popular, que foi construído, sim, na gestão do ex-Prefeito Sérgio Ferrara. Ele teve uma experiência de gestão pública que não deu certo; foi terceirizado, e não deu certo; estava entregue às moscas quando, em 11/7/94 - aniversário do Vice-Prefeito Célio de Castro, nosso querido Célio de Castro -, foi reaberto; e, desde aquela época, vende 5 mil refeições diárias a R\$1,00, subsidiado pela Prefeitura.

Deputado Domingos Sávio, em Belo Horizonte hoje há uma lei municipal de minha autoria que impede de ser acima do preço de custo o valor das refeições no Restaurante Popular.

O Bolsa-Família unificou programas que já tinham sido iniciados no governo Fernando Henrique, ampliando a extensão e o valor. Só para não deixar dúvida alguma, até porque sou militante político em Belo Horizonte, sinto-me na obrigação de fornecer essas informações ao atuante Deputado Ademir Lucas.

O Deputado Domingos Sávio - Deputado André Quintão, quem dera tivéssemos aqui mais tempo. Temos outras atividades nesta Casa e o debate democrático precisa continuar. É preciso que comece a haver o comportamento de reconhecimento do que foi feito pelos outros, de compreensão e de apoio ao que está sendo feito agora, seja no governo do PT em Belo Horizonte, seja no governo do PSDB de Aécio Neves em Minas, seja no governo do Presidente Lula.

Sr. Presidente, nestes minutos que me restam, gostaria de abordar um tema que transcende qualquer governo de qualquer partido ou mesmo as fronteiras do Município, do Estado ou da Nação: a liberdade. Sem a motivação desse tema este Parlamento fica sem alma; sem a motivação desse tema não faz sentido estarmos aqui nem fazer política. Deputado Ademir Lucas, a liberdade é o espírito da democracia, que permite a cada um de nós trazer aqui a nossa contribuição, debatermos e, mais do que isso, agirmos para melhorar a qualidade de vida do nosso povo e cumprirmos a nossa missão. A liberdade nos permite a dialética e a contraposição de opiniões e possibilita que ser humano evolua. Sem ela não há que falar em organização política e em Estado de Direito; e sem Estado de Direito não há democracia.

Digo tudo isso porque esse assunto já havia sido abordado ontem e hoje e retornou a esta Casa, fazendo menção ao que ocorre em alguns países da América Latina. Sob o pretexto de serem os melhores governantes, assenhoram-se do poder e não admitem opiniões contrárias. E, mais do que isso, começam a usar da força para impor a sua vontade e ainda posam de democratas, de grandes defensores da democracia, usando o jargão de governos do povo, muito mais próximos de um neopopulismo desavergonhado.

Digo essa expressão mais pesada, Deputado Antônio Carlos Arantes, porque realmente me revolta assistir, novamente, no início do séc. XXI, na América Latina, àqueles que vêm para tomar conta do poder, como se a nossa gente não tivesse capacidade para fazer escolhas, de buscar o caminho que quer seguir. Começam, quase sempre, os grandes regimes totalitários, Deputado Carlin Moura, por quem tenho enorme respeito - está aí a ênfase da minha fala; em momento algum, estou fazendo qualquer tipo de ataque pessoal ou partidário, mas dando ênfase à minha fala -, calando a opinião manifestada por meio dos veículos de comunicação. Isso é histórico, acontece ao longo da história da humanidade. Isso é ensinamento elementar. Não diria nem ensinamento: é constatação elementar para qualquer pessoa que se dispõe a discutir a melhor forma de organizar uma sociedade e colocá-la em prática. Isso se chama política. Política é buscar, por meio da organização social, construir alternativa melhor de vida para cada pessoa, para cada ser humano que constitui um povo, uma nação. Assim, faz com que haja a nossa

pátria.

Por ter amor à nossa pátria, ao nosso Brasil, é que me assusta quando, no Brasil, o governo da República se cala ou diz que é normal - às vezes, isso contagia alguns colegas parlamentares - que um Presidente da República da Venezuela casse o direito de um canal de televisão que já existe naquele país há meio século, que tem a maior audiência de todo o país, sem que, para isso, use qualquer procedimento jurídico ou tome qualquer providência dentro dos princípios do Estado de Direito, tendo como argumento o fato de que entende que aquele canal de rádio e televisão armou ou colaborou para que houvesse um golpe de Estado. Ora, se é fato esse sentimento do Presidente da Venezuela, ele poderia ter legitimamente atitudes até mais drásticas do que fechar o canal. Poderia processar, abrir todos os processos cabíveis para que a justiça fosse feita. Que aqueles que desrespeitaram a Constituição e as leis daquele país paguem, nas barras dos tribunais, pelos crimes cometidos. Mas, não. A opção é a da retaliação política. A opção é a de dizer: "Eu não renovo a sua concessão".

No Brasil, hoje, concessão já é, felizmente, objeto de concorrência, de licitação. Pode, sim, ser homologada e requerida ao Ministério. Ela é objeto de licitação e tem de ser homologada pela Câmara dos Deputados, pelo Congresso Nacional. É um processo democrático. O Brasil já vive isso. Assustei-me - vou conceder um aparte ao Deputado Paulo Guedes, até para que ele me esclareça melhor - quando ouvi alguns colegas dizendo: "É necessário mesmo fechar alguns monopólios da comunicação como os que existem aqui, no Brasil". Isso me assusta. Se há pessoas pensando que, no Brasil, também há monopólio da comunicação - sim, temos problemas -, é necessário que se discuta melhor o gasto do dinheiro público com propaganda dos governos federal, estadual, municipal, da Assembléia Legislativa e de qualquer Casa de Poder no Brasil. Concordo. Tem de ser discutida a forma cada dia mais transparente e mais ética. Temos problemas de o poder econômico, às vezes, contribuir para que este ou aquele veículo tenha um controle maior de determinados espaços na mídia? Sim, temos problemas.

Devemos superar esses problemas pelos caminhos democráticos do Estado de Direito, e não nos sentindo tentados a dizer "aqui também existem alguns monopólios que deveriam ser fechados". Isso, para mim, é o cúmulo da violência contra a liberdade de expressão.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Em primeiro lugar, parabeno-o pela sua preocupação com a liberdade de imprensa, com a liberdade de expressão. Nós também comungamos desse mesmo princípio. Mas gostaria de discordar do nobre colega quando traz um problema de outro país; pelo que me consta, a Venezuela não faz parte da República Federativa do Brasil, para se querer cobrar do nosso Presidente Lula uma atitude em relação a outra atitude tomada pelo Presidente de outro país.

Gostaria de desvincular essa questão. Se há ou não há monopólio no Brasil, é outra questão. Também achamos que alguns segmentos da imprensa no País às vezes exageram. Nunca na história deste país tivemos uma imprensa que fiscalizou tanto como no governo Lula. Teve toda liberdade para fiscalizar, para denunciar, e nem por isso, em momento algum, o Presidente da República ou qualquer aliado tomou a iniciativa de pelo menos mencionar o que foi feito na Venezuela. Pelo contrário, respeitamos a liberdade de imprensa.

O Deputado Carlin Moura foi muito feliz no seu pronunciamento hoje, trazendo sólidos argumentos porque tem acompanhado o caso mais de perto. Acho que devemos desvincular as coisas. Sabemos que sempre houve exagero por parte de alguns órgãos da imprensa na América Latina, às vezes financiados pelo capital internacional, pelos Estados Unidos, para impor uma ideologia norte-americana nos países latino-americanos.

Vejo que quando um canal de televisão não apenas deixa de noticiar os fatos, de fazer oposição, mas passa a fazer parte de um golpe de Estado, esse órgão de comunicação está extrapolando dos seus direitos.

Era essa a minha colocação. Gostaria de parabenizá-lo pela sua preocupação e dizer que temos de fazer uma diferenciação. Esse é um problema que compete à Justiça da Venezuela, aos poderes da Venezuela. Não podemos cobrar publicamente uma atitude do Presidente Lula. Não vamos fazer como George Bush, que invadiu o Iraque contra todo o mundo. O Brasil não vai invadir a Venezuela porque o Hugo Chávez ou seus poderes fecharam um canal de televisão. Acho que esse é um problema para a República da Venezuela, e cabe ao povo da Venezuela tomar essa decisão.

Gostaria de dizer ao nobre Deputado Paulo Guedes que não posso jamais concordar com V. Exa. nesse raciocínio que, com todo respeito, "data venia", parece-me um pouco simplista ao dizer: "O problema é na Venezuela, não temos nada a ver com isso". Temos muito a ver quando se trata da liberdade. Hoje não aceitaríamos calados se fôssemos contemporâneos dos massacres promovidos por Hitler nos campos de concentração, com as atrocidades cometidas de forma autoritária, por se achar senhor de todos os povos. Não é raro assistirmos ao Sr. Hugo Chávez usar da palavra como se fosse ele o grande conselheiro da América Latina.

Às vezes percebemos até alguma disputa entre alguns falsos líderes mais interessados em sua projeção pessoal que na solução dos problemas dos nossos povos. O Deputado Carlin Moura já esboçava algo, mas jamais me veria concordando com qualquer ação semelhante ao que vemos no Iraque ou em qualquer outra parte do mundo.

É inaceitável que isso aconteça ao nosso lado, em um país de língua praticamente irmã, com povos que vivem problemas semelhantes aos nossos e que passaram por regimes militares há tão pouco tempo - a América Latina foi varrida de ponta a ponta, na metade do século passado, por regimes autoritários -, e ficamos aqui calados, ou aplaudindo a atitude populista de se fechar o canal de televisão com maior audiência no país, apenas por ser contrário ao Presidente. Daqui a pouco essa moda pega, e teremos, no Brasil, o governo A ou B querendo fechar a revista "Veja" porque ela descobriu coisas que ele queria que ficassem debaixo do tapete.

Ontem ainda dizia algo que não poderei desenvolver aqui hoje, Sr. Presidente: é terrível vermos, com insistência, o Presidente da República - e aí para falar de algo do Brasil, Deputado Paulo Guedes - vir a público dizer que quer que se apure tudo sobre a corrupção, quando, na verdade, tudo é apurado e vai para debaixo do tapete. Onde está o Sr. Delúbio? Continua solto. Onde está a turma do dossiê, que foi presa com R\$1.800.000,00? Continuam todos soltos. Onde estão os Ministros? E agora já tirou um Ministro sob suspeita de receber R\$100.000,00 em seu gabinete, um Ministro do Lula. Nada se faz. A corrupção continua enraizada. E ele vem a público dizer: "Doa a quem doer! Apure tudo.". "Apure tudo", isso é jogo de cena. Já disse e repito que seria muito bom se ele fosse tão bom Presidente como é comunicador - faz-nos ter saudade do Grande Guerreiro, o Chacrinha. Ele comunica como ninguém, entretanto, na hora de vermos o resultado concreto de todo esse discurso, constatamos que está debaixo do tapete. A corrupção e os desmandos continuam, e o pior é que, mesmo nas políticas externas, vemos o Brasil financiando o metrô de Caracas e a Petrobras perdendo suas refinarias na Bolívia, enquanto o Brasil fica calado, pois eles são os grandes "hermanos" que fazem populismo na América Latina. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

TRANSCRIÇÃO

Discurso do Deputado Federal José Fernando Aparecido, proferido na reunião da Câmara Federal de 18/5/2007, transcrito a requerimento do Deputado Carlos Mosconi

"Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a partir de convicções pessoais, da experiência como prefeito e do contato permanente com o povo mineiro, tenho baseado minha atuação nesta Casa em três pilares: o municipalismo, o meio ambiente e a ética na vida pública. É desses temas que desejo tratar hoje, aproveitando o tempo um pouco maior proporcionado pelo Grande Expediente para aprofundar a análise, relatar o que já foi feito e explicar algumas de minhas propostas.

Ser municipalista é até uma decorrência natural quando se conhece de fato a realidade do interior do Brasil, o dia-a-dia das localidades onde as pessoas necessitam de serviços de saúde, educação, emprego, lazer, ao passo que os recursos se tornam cada vez mais escassos para atendê-las. O compromisso municipalista não pode, contudo, representar apenas uma solidariedade inócua; deve ir além, para defender, de verdade, um novo pacto federativo.

Convém fazer tal ressalva porque no Brasil todos parecem concordar com uma nova Federação, mas em geral ficam apenas no discurso, e nada de concreto acontece. Precisamos levar adiante essa questão, enfrentar iniquidades estabelecidas há décadas, aperfeiçoar a distribuição dos recursos e das responsabilidades entre os três níveis de governo, para afinal colocar o País no rumo certo.

É indispensável alterar, por exemplo, o cálculo do Fundo de Participação dos Municípios, passando a levar em conta também a extensão territorial e o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH -, além do número de habitantes. O sistema hoje adotado perpetua a injustiça, pois um Município com território grande e enormes problemas sociais recebe o mesmo que um outro de dimensões reduzidas e IDH elevado - ou seja, com muito menos demandas - apenas porque ambos estão em determinada faixa de população.

Um novo pacto federativo deve, acima de tudo, modificar a lógica perversa do atual modelo tributário, que retira recursos dos Municípios, onde as pessoas vivem e produzem, e os concentra para manter uma máquina pública cara, ineficiente e distante da realidade.

Pessoalmente, estou empenhado nessa luta há bastante tempo, pois fui prefeito, por mais de cinco anos, de Conceição do Mato Dentro, Município mineiro com história tricentenária, de grande riqueza cultural, mas de economia muito pobre. Desde então percebi que a solução só virá com o novo arranjo federativo, embora não se possa desdenhar de medidas pontuais que ao menos contornem algumas dificuldades mais imediatas, uma vez que está em jogo o sofrimento do povo.

Assim, desde o início do meu mandato manifestei, desta tribuna, apoio ao aumento de um ponto percentual no repasse do FPM, cuja tramitação a Câmara deve se empenhar para concluir o quanto antes. Essa mudança está longe de resolver todo o problema, mas, sem dúvida, trará um ganho para os Municípios, que se encontram em situação de apuro.

Na mesma linha, apresentei à Casa duas propostas que, se aprovadas, como espero que aconteça, poderão favorecer econômica e financeiramente muitas cidades brasileiras.

O Projeto de Lei nº 303/2007 dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Produção de Biocombustíveis por Cooperativas - PNBC -, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a geração de emprego e renda no campo. Prevendo a participação do BNDES e da Petrobras, entre outros organismos, o programa pode estimular o fortalecimento das cooperativas agropecuárias e, por conseqüência, da economia das regiões onde elas atuam.

Já o Projeto de Lei nº 376/2007 busca reduzir os encargos dos Municípios, ao conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - na compra de tratores e caminhões por Prefeituras, desde que destinados a atividades de saneamento e obras. Corrige-se aí um absurdo, pois não faz sentido que, para executar projetos de interesse direto da comunidade, para os quais muitas vezes são obrigadas a mendigar apoio federal, as administrações municipais tenham que transferir pesados recursos à União, na forma de imposto sobre equipamentos indispensáveis à própria realização do trabalho.

Há também diversos problemas paralelos cujo correto equacionamento poderia contribuir para o desenvolvimento de Municípios e regiões pobres.

Ainda no mês passado, apresentei à Comissão de Minas e Energia requerimento de realização de audiência pública para debater a compensação financeira pela exploração de recursos minerais e propor mudanças na legislação. Caso o requerimento seja aprovado, a Comissão poderá convidar para debater o assunto, entre outros, os governadores de Minas Gerais, Aécio Neves, e do Pará, Ana Júlia, o ex-Presidente da República Itamar Franco e dirigentes de empresas e órgãos estatais envolvidos.

Ocorre, Senhor Presidente, que a compensação paga à União, Estados e Municípios é praticamente irrisória, no setor de minérios, se comparada à do setor de petróleo e gás natural. Apenas para dar uma ligeira idéia da disparidade, observe-se que no ano de 2006 a exploração de petróleo e gás proporcionou, a título de "royalties" e participação especial, mais de R\$ 16,5 bilhões, enquanto no setor de minério de ferro a compensação chegou apenas a R\$ 465 milhões. Ou seja, o setor de petróleo gerou participações governamentais 35 vezes superiores às geradas pelo setor de minério de ferro!

Essa distorção tem de ser corrigida, e já tenho em minhas mãos um estudo técnico a respeito. Com base nele e nas informações que surgirem durante a audiência pública, será possível encontrar uma nova fórmula, semelhante à usada na área petrolífera, de modo a beneficiar centenas de municípios de onde se extraem, entre outros minérios, o ferro, o ouro, o zinco.

Outro setor que está a exigir providências imediatas do governo é a indústria têxtil, segundo maior empregador formal da indústria de transformação, com presença em praticamente todo o País. Essa área tem sofrido a concorrência predatória da pirataria e do contrabando de produtos asiáticos e, em conseqüência, depois de cinco anos de resultados positivos, voltou a apresentar saldo negativo na balança comercial em 2006. Se não forem adotadas medidas rápidas para fortalecê-la, estarão em risco pelo menos 200 mil postos de trabalho, do total de 1,5 milhão que o setor oferece.

Por outro lado, em recente audiência com o embaixador Celso Amorim, sugeri um grande esforço do Ministério das Relações Exteriores para assegurar ao Brasil a presidência da Organização Internacional do Café - OIC -, hoje ocupada por um colombiano. O Brasil produz mais da metade do café mundial. Essa reivindicação não se reduz a uma mera disputa entre países, mas é antes uma reparação. Isso permitiria ao País defender com mais legitimidade e eficácia uma de suas principais riquezas, com reflexos benéficos para os produtores, boa parte deles estabelecidos no Sul de Minas Gerais, que orgulhosamente, represento aqui, juntamente com outros colegas Deputados.

Embora tenham importância nacional, questões como as da indústria têxtil e do café às vezes são vistas apenas como partes do conjunto de muitos números mais ou menos positivos da economia brasileira. Quem conhece a realidade do interior do País sabe, entretanto, que os efeitos de uma crise nesses setores pode ser catastrófica para pequenos Municípios e regiões carentes, onde em geral constituem a mais expressiva fonte de renda da população.

Todas as iniciativas citadas até aqui visam ao desenvolvimento econômico e social. Não há dúvida, porém, de que isso só pode ser alcançado

de forma sustentável, com respeito ao meio ambiente, que é outro tema prioritário em meu primeiro mandato de Deputado Federal.

A propósito, tramitam na Casa cinco projetos de lei de minha autoria relacionados à temática ambiental, que, como todos sabemos, está se tornando a cada dia mais urgente.

O Projeto de Lei nº 579/2007 dispõe sobre a inclusão da disciplina de Educação Ambiental no ensino fundamental e médio em todo o País. Penso que nem é necessário discorrer sobre seu mérito, nobres colegas, pois está claro que só construiremos uma sociedade ecologicamente equilibrada com a conscientização de todos, que se obtém por meio do conhecimento.

O Projeto de Lei nº 903/2007 tem um escopo mais amplo, já que dispõe sobre a política mineral nacional. Entre seus objetivos, entretanto, está também a garantia de que essa atividade seja desenvolvida com respeito ao meio ambiente.

O Projeto de Lei nº 904/2007 altera a legislação para conceder benefícios tributários ao papel reciclado, quando vendido ou utilizado por pessoas jurídicas como insumo, material de consumo ou de embalagem.

O Projeto de Lei nº 905/2007 fixa critérios ambientais para licitações e contratos da Administração Pública. Se aprovada essa proposta, as compras e os investimentos governamentais poderão se transformar em importante instrumento econômico para orientar o setor produtivo a oferecer bens e serviços de menor impacto ecológico.

Finalmente, o Projeto de Lei nº 906/2007 determina a inclusão de uma Diretoria de Meio Ambiente em cada uma das agências reguladoras. O objetivo é garantir um tratamento privilegiado a esse tema quando da elaboração de normas e exercício de atividades fiscalizatórias em relação aos serviços públicos delegados.

A preocupação ambiental levou-me, ainda, a duas audiências com a Ministra Marina Silva, a quem procurei mostrar a necessidade de inclusão da Bacia do Rio Doce no Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas. Quanto a isso, não se pede nenhum favor ao Governo Federal, e sim a reparação dos prejuízos acumulados em muitas décadas de extração de riquezas naturais sem o devido cuidado com a sobrevivência do rio, que é a principal fonte de vida de 221 Municípios mineiros e capixabas.

Eis aí um resumo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, do trabalho que tenho procurado desenvolver, sempre pautado por um preceito que considero fundamental, o da ética na vida pública. Isso se expressa tanto no comportamento cotidiano quanto no apoio a propostas que aperfeiçoem o sistema representativo e valorizem a política.

Precisamos adotar, com urgência, o voto aberto em todas as decisões do Poder Legislativo, para garantir a transparência que a sociedade está a exigir de seus representantes. Afinal, o eleitor, que nos confia seu voto, tem o direito de conhecer com clareza as posições que adotamos, não importando quais sejam os assuntos, as circunstâncias e os interesses envolvidos.

Com o mesmo objetivo, defendo a abertura das informações fiscais e patrimoniais dos detentores de cargos públicos nos três Poderes, em todos os níveis; que seja extinto o foro privilegiado e que a imunidade parlamentar, se mantida, seja apenas a garantia básica para o exercício do mandato, jamais um caminho para a impunidade, como ocorre hoje.

Apreendi com meu pai, José Aparecido de Oliveira, que política é coisa séria, e é só assim que a entendo. Para que isso se generalize e tenhamos em todo o País eleições limpas e mandatos efetivamente representativos, necessitamos de uma reforma profunda, que contemple a fidelidade partidária, proporcione ampla discussão de temas como o voto em lista e o financiamento das campanhas, e afinal torne a política algo compreensível e respeitado pelo conjunto da população.

O Brasil tem progredido bastante, Senhor Presidente, mas avançará mais, e a passos muito mais largos, quando se dispuser a estabelecer um novo pacto federativo, conseguir disseminar a consciência de que o desenvolvimento só faz sentido com a preservação do meio ambiente, e puder confiar plenamente em seus governantes, na certeza de que a política está de fato sendo feita na busca do bem comum.

Ao longo do tempo, essa tem sido a luta dos grandes políticos mineiros, cuja tradição de compromisso com a ética e a valorização do Parlamento espero honrar no exercício do meu mandato. Muito obrigado".

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 4/6/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando Hevenise dos Reis do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

nomeando Willian Lopes Valadão para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Gislene de Cássia Pinto do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Maria Inez Delgado de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02,

assinou o seguinte ato:

nomeando Pollyanna Rodrigues Batista da Silva para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Partes: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana de Minas Gerais. Objeto: cooperação técnica para preparação e realização da 3ª Conferência das Cidades de Minas Gerais. Vigência: de 8/5/2007 a 30/12/2007.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Multipães Indústria e Comércio Ltda Objeto: fornecimento de lanches. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: pregão eletrônico nº 11/2007. Dotação orçamentária: 33903600.